



III ENCONTRO FORMATIVO NACIONAL DE
EDUCAÇÃO AMBIENTAL E GESTÃO DE ÁGUAS

I ENCONTRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E
GESTÃO DE ÁGUAS DA BÁCIA DO RIO DOCE

RELATORIA

Ouro Preto - MG, 26 a 29 de agosto de 2013



III ENCONTRO FORMATIVO NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E GESTÃO DE ÁGUAS

I ENCONTRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E GESTÃO DE ÁGUAS DA BACIA DO RIO DOCE

Ouro Preto - MG, 26 a 29 de agosto de 2013



Apoio



Promoção



Realização



LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Moderadores explicando a Dinâmica.....	15
Figura 2- Vista parcial dos grupos formados na oficina de Comunicação Social.	24
Figura 3- Matriz do plano de comunicação social que deveria ser preenchida por cada grupo.	25
Figura 4 - Grupos trabalhando no preenchimento da matrizes.....	25
Figura 5 - Grupo preenchendo sua matriz de comunicação.	26
Figura 6 - Matrizes preenchidas e fixadas na parede, formando um mural.	26
Figura 7- Síntese das matrizes elaboradas na oficina.	29
Figura 8- Ficha de identificação e classificação dos participantes da oficina.	48
Figura 9 - Dinâmica de grupo da oficina.....	50
Figura 10 - Oficina de saberes indígenas e interculturalidade na gestão de águas.....	56
Figura 11 - Apresentação dos resultados da oficina de saberes indígenas e interculturalidade na gestão de águas.....	59
Figura 12-Integrantes da mesa.....	67
Figura 13 - Tanques de desinfecção do final do século XIX em Ouro Preto.....	83

SUMÁRIO

1º DIA: PRIMEIRAS INTERAÇÕES E ABERTURA OFICIAL.....	6
1- Atividade de Boas Vindas	6
2- Reuniões CT's e CBH's Doce (Federal e Estaduais MG/ES).....	6
3- Reunião CTEM/CNRH	6
4- Boas Vindas – Grupo de Integração CBH Doce	6
5- Formação em EA para a Gestão de Águas – Desafios e Perspectivas.....	6
6- Diálogos de Contexto:.....	7
Os Encontros Formativos Nacionais no contexto do Processo Formativo do Programa IV do PNRH: lições aprendidas, desafios e perspectivas.....	8
O I Encontro de EA e GIRH da Bacia do Rio Doce no contexto do Plano de Bacia do CBH Doce: expectativas, desafios e perspectivas	12
7- Metodologia, Programação e Acordo de Convivência	13
2º DIA: EXPRESSÃO DO EMPÍRICO – CONSTRUÇÃO DE NARRATIVAS: SISTEMATIZAÇÃO E COMPARTILHAMENTO DAS VIVÊNCIAS	14
1- Investigação Apreciativa – A Educação Ambiental fazendo a diferença na GIRH 14	
Dinâmica em Grupos:.....	14
Apresentação em Plenária:	15
2- Fala de Contexto:.....	18
3- Eixos Temáticos de Formação e/ou Planejamento voltadas para a Gestão de Águas22	
Comunicação Social:	22
Mobilização e Participação Social:	29
Capacitação em GIRH:.....	32
Água: matriz ecopedagógica e cultural:	38
4- Café com Cultura.....	42
5- Círculo em Diálogo: “Na Terceira Margem do Rio: o papel da educação e processos de aprendizagem na relação com a água”.....	43
3º DIA: PRÁXIS: ELEMENTOS TEÓRICOS PARA ENRIQUECER A PRÁTICA ..	47
1- Eixos Temáticos de Formação e Planejamento e Sessão de Painéis de Experiências Emblemáticas voltadas para a Gestão de Águas	47
Experiências e desafios de Câmaras Técnicas e/ou Grupos de Trabalho e Educação Ambiental em Comitês de Bacia Hidrográfica e Conselhos de Recursos Hídricos	47
Saberes Indígenas e Interculturallidade na Gestão de Águas	54

Mídias livres e Ciberativismo: Desafios e possibilidades de comunicação e participação em rede na era digital.....	61
Sessão Painéis – Compartilhando Experiências Emblemáticas da Bacia do Rio Doce.....	67
2- Círculo em Diálogo: Políticas Públicas de Educação Ambiental para a Governança das Águas nas Bacias Hidrográficas.....	75
3- Apresentação: “História do Controle e do Uso da Água na Ouro Preto dos Séculos 18 e 19 e suas implicações para o século 21”	79
4º DIA: PLANOS DE AÇÃO (INDIVIDUAIS E/OU COLETIVOS) E O CAMINHO ADIANTE	85
1- De volta pro meu pedaço: Planos e Compromissos.....	85
Atividades: “Entrelaçando percepções” e “De volta pro meu pedaço”	85
RELATORES	92
ANEXOS.....	93

1º DIA: PRIMEIRAS INTERAÇÕES E ABERTURA OFICIAL

26 de agosto de 2013 – segunda-feira

1- Atividade de Boas Vindas

2- Reuniões CT's e CBH's Doce (Federal e Estaduais MG/ES)

3- Reunião CTEM/CNRH

4- Boas Vindas – Grupo de Integração CBH Doce

A sessão foi iniciada às 15h por Suraya Damas de Oliveira Modaelli (Presidente da CTEM/CNRH) dando boas vindas aos participantes e apresentando Renan (de Marilândia) e Cláudia (de Colatina), que cantaram “Mulher Rendeira” (violão e voz, respectivamente). Cláudia disse que eles realizam um trabalho de resgate do meio ambiente cultural usando a palavra como “a arte de dizer”. Em seguida, contou o “Mito da Hospitalidade”, conto da mitologia greco-romana, versão de Leonardo Boff, destacando a frase de Augusto Branco: “cada um oferece aquilo que tem e transborda dentro de si”. Destacou também que 2013 é o Ano Internacional da Cooperação pela Água. Em seguida, a dupla declamou as poesias “Finá de Ato”, de autor desconhecido, e “Ai! Se sesse!”, do artista popular nordestino Zé da Luz. A dupla finalizou sua apresentação desejando um bom evento a todos.

5- Formação em EA para a Gestão de Águas – Desafios e Perspectivas

Suraya agradeceu a participação da dupla e convidou os moderadores do encontro, Sérgio Augusto de Mendonça Ribeiro (REATA/CET-Água) e Carmem Lúcia Zaine Menezes (CESP), para assumirem seus lugares, enfatizando que eles teriam a missão de extrair o que cada um dos participantes tem de melhor. Os moderadores deram boas vindas aos participantes e conduziram a dinâmica de apresentações “*Doncovin, Oncotô e Proncovô*”. Esta dinâmica se baseiou na premissa que a educação ambiental preconiza um olhar integrado, de contexto. Dessa forma, os moderadores pediram que os participantes achassem um “vizinho”, a pessoa ao seu lado, e se apresentassem, contassem de onde são, como foi a viagem até Ouro Preto, e sua história de atuação na gestão de recursos hídricos. Foi dado um tempo de cinco minutos para cada pessoa da dupla se apresentar. Em seguida, os moderadores pediram que as duplas se levantassem e procurassem outra dupla e se apresentassem a ela. Num terceiro momento, pediu-se que cada grupo (de quatro pessoas) procurasse outro grupo e, além de as pessoas se

apresentarem, que dissessem suas expectativas em relação ao evento. Após as conversas, os moderadores solicitaram aos participantes que retornassem aos seus assentos. Assim que os participantes retornaram aos seus lugares, Sérgio deu continuação à dinâmica, convidando os participantes que quisessem partilhar suas expectativas para o encontro para irem na frente do auditório.

1ª pessoa: Bruno, professor de ciências, membro da SEMMA de Macaé/RJ e do CBH Macaé e das Ostras – ongs, hospitalidade e amor;

2ª: Oscar, CBH Jucu, Vila Velhas/ES – Expectativa de entrelaçamento de conhecimentos; disposto a absorver o conhecimento dos mais “vividos” e se dispondo a partilhar os seus; “dentro de casa” deve ser o pontapé inicial;

3ª: Gustavo, CBH Araguaia, Tocantins – Expectativa de aprender; disse que demoraram 10 anos para formar o comitê; acredita que será muito bom o encontro e disse já ter participado de outros; disse que vai ser um prazer aprender e compartilhar;

4ª: Cinara, Campo Grande/MS, CT – Expectativa de trocar experiências, apreender para aplicar na região, ampliar rede de contatos; definir indicadores para mensurar o êxito dos encontros formativos.

Carmem agradeceu a participação de todos e pediu para os participantes respeitarem os horários marcados na programação, para o bom andamento dos trabalhos, visto que as avaliações dos encontros anteriores apontaram um alto índice de reclamação acerca do não cumprimento dos horários. Em seguida, convidou Suraya para coordenar os Diálogos de Contexto.

6- Diálogos de Contexto:

Coordenação: Suraya Modaelli (Presidente do CTEM/CNRH).

Suraya se apresentou e disse que os diálogos que aconteceriam em seguida seriam para entender o presente encontro. Disse que atualmente existem mais de 200 comitês de bacia hidrográfica no Brasil, alguns criados recentemente, como o do Tocantins, e outros mais antigos, como alguns de São Paulo, que possui mais de 20 anos de existência. Ressaltou que o encontro formativo é feito para quem está na bacia e atua na bacia, e salientou a participação nesse encontro de povos indígenas da bacia do Rio Doce. Convidou para participar desse diálogo Franklin de Paula Júnior (SRHU/MMA), Joema Alvarenga (CBH Doce) e Ricardo Burg Mlynarz (FUNAI).

Informações sobre a coordenadora Suraya Damas de Oliveira Modaelli¹: Possui graduação em Engenharia Civil pela Universidade de Marília (2004), graduação em Administração de Empresas pela Universidade de Marília (1991) e graduação em Comunicação Social pelo Centro Universitário das Faculdades Integradas Alcântara Machado (1984). Atualmente é Diretora Técnica do Departamento de Águas e Energia Elétrica de São Paulo. Tem experiência na área de Engenharia Civil, com ênfase em Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos.

Os Encontros Formativos Nacionais no contexto do Processo Formativo do Programa IV do PNRH: lições aprendidas, desafios e perspectivas

Palestrante: Franklin de Paula Júnior (SRHU/MMA).

Franklin iniciou com a apresentação com a apresentação de um vídeo e, em seguida, falou do macro contexto do evento, ressaltando que estamos na Década Internacional da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014), no Decênio Internacional “Água Fonte de Vida” (2005-2015), da Década Brasileira da Água, do Ano Internacional de Cooperação pela Água (2013), estabelecido pela UNESCO, e do Plano Nacional de Recursos hídricos, que é um processo de planejamento a longo prazo, que foi elaborado entre os anos de 2003 e 2005 e vem sendo implementado, que tem as ações de educação ambiental e capacitação, comunicação e mobilização.

Em seguida apresentou uma breve linha do tempo, indicando a instituição da Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei Federal 9433/97) e da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei Federal 9795/99); ressaltou o fortalecimento da Educação Ambiental (EA), demanda que partiu principalmente da sociedade civil, e a institucionalização da EA na gestão de recursos hídricos, com a criação da Câmara Técnica de Educação, Capacitação, Mobilização Social e Informação em Recursos Hídricos (CTEM), ligada ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH). Destacou também o I Seminário/Encontro Formativo de EA no Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos (SINGREH), realizado em Salvador/BA (2009) e o II Encontro Formativo de EA no SINGREH, realizado em Bento Gonçalves/RS (2011).

Em relação aos Encontros Formativos Nacionais de Educação Ambiental e Gestão de Águas, destacou o objetivo geral deles é reunir educadores ambientais, comunicadores e mobilizadores sociais atuantes na gestão de águas do país, a fim de promover a aprendizagem em Educação Ambiental (EA), por meio do diálogo, da troca de

¹ Retirado do *Curriculum Lattes*: <http://lattes.cnpq.br/2276055770240922> - acesso em Setembro de 2013.

experiências, do aporte teórico-conceitual e da formação de multiplicadores, com vistas ao aprimoramento da Gestão Integrada de Recursos Hídricos (GIRH).

Destacou também os objetivos específicos:

- Promover ação catalizadora, valorizando e conferindo sentido comum às iniciativas dialógicas e formativas de EA em curso na gestão de águas do país;
- Promover o fortalecimento e a institucionalização dos Espaços de EA (a exemplo de câmaras técnicas e grupos de trabalho) no Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH);
- Desenvolver e atualizar o mapeamento de atores, espaços e ações de EA, DC, COM e MOB no SINGREH, assim como promover o protagonismo e o fortalecimento da base social e institucional atuante em EA na GIRH;
- Promover a percepção dos múltiplos valores e dimensões da água e o sentido de pertencimento às territorialidades hídricas;
- Difundir a percepção do relevante valor socioambiental da água e a sua importância estratégica para o desenvolvimento do país em bases economicamente viáveis, socialmente justas e ambientalmente sustentáveis;
- Promover a reflexão de como a EA contribui para a implementação da GIRH;
- Estimular ação colaborativa e em rede, por meio da troca de experiências socioambientais em Gestão Integrada de Recursos Hídricos;
- Promover espaços de formação e o desenvolvimento de comunidades interpretativas de aprendizagem e ação política em GIRH;
- Promover a implementação de macro diretrizes, ações e prioridades do PNRH relacionadas à Educação Ambiental, Capacitação, Comunicação, Mobilização, Participação Social, Desenvolvimento e Difusão de Tecnologias Sociais em Gestão Integrada de Recursos Hídricos (GIRH);
- Promover a implementação de resoluções do CNRH relacionadas à Educação Ambiental, Capacitação, Comunicação, Mobilização, Participação, Desenvolvimento e Difusão de Tecnologias Sociais em Gestão Integrada de Recursos Hídricos (GIRH);
- Estimular atitudes e construir narrativas comprometidas com a Governança Democrática e Sustentável da Água no Brasil.

Franklin salientou quem era o público de interesse: membros da CTEM/CNRH, CTEAs e GREAs em Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos (CERHs) e de Comitês de Bacia Hidrográfica (CBHs), que envolve poder público, usuários e sociedade civil, gestores de recursos hídricos atuantes em EA e estudiosos e especialistas da EA em GIRH.

Destacou ainda a EA no fortalecimento da GIRH:

- Fortalecimento da consciência crítica sobre a problemática ambiental e social das bacias hidrográficas brasileiras;
- Desenvolver capacidades para a prática do diálogo democrático e da cooperação entre os atores da gestão hídrica;
- Desenvolver capacidades e mobilizar a sociedade para atuação qualificada nos processos de formulação, planejamento e implementação da Política de recursos hídricos, assim como nas instâncias colegiadas do Sistema de Recursos Hídricos;
- Ampliação da percepção sobre as várias dimensões da água e os diferentes valores a ela associados;
- Promoção do sentido de pertencimento às territorialidades hídricas (bacias hidrográficas);
- Promoção do enfoque ecossistêmico associado à gestão de águas;
- Valorização da pluralidade cultural e respeito à diversidade social nas instâncias colegiadas de gestão de águas;
- Promoção do diálogo entre os diferentes saberes sobre a água (o técnico-científico, o tradicional ou ancestral, o popular);
- Decodificação de linguagens e produção de conteúdos sobre a gestão hídrica, de acessível entendimento para os diversos públicos.

Franklin salientou os objetivos específicos do III Encontro Formativo Nacional de EA e Gestão das Águas, enumerados a seguir:

- Promover a articulação entre o PNRH e o PIRH-Doce por meio de ações formativas de EA e Gestão de Águas;
- Promover o intercâmbio de conhecimentos e experiências de EA e Gestão de Águas entre atores nacionais e da bacia do rio Doce;

- Promover o fortalecimento da EA na gestão integrada de recursos hídricos da Bacia do Rio Doce;
- Promover a implementação de macro diretrizes, ações e prioridades do PNRH, bem como Metas do PPA Federal e resoluções do CNRH relacionadas à Educação Ambiental, Comunicação e Mobilização Social em GIRH.

Já em relação ao I Encontro de EA e Gestão das Águas da Bacia do Rio Doce, Franklin destacou o objetivo geral: Promover o diálogo entre os entes federativos (União, Estados e Municípios), envolvendo os diferentes segmentos, instituições e atores que se relacionam com a gestão hídrica, bem como a formação e o intercâmbio de experiências, tendo a Educação Ambiental como eixo integrador, a bacia hidrográfica como unidade e ponto de encontro, e as políticas e planos de recursos hídricos como balizadores deste processo. Serão envolvidos educadores, ativistas e demais atores que atuam na gestão de águas da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, especialmente no CBH Doce e comitês de bacias hidrográficas estaduais (de sub bacias) de Minas Gerais e Espírito Santo que a integram.

Destacou também que o fortalecimento da educação ambiental, da comunicação, da mobilização e da participação social na gestão dos recursos hídricos são fundamentais para o aprimoramento da governança hídrica na Bacia Hidrográfica do Rio Doce. Este Encontro atende, assim, ao PIRH-DOCE e também contribui com o processo formativo do PNRH, sendo realizado de forma integrada com o III Encontro Formativo Nacional de Educação Ambiental e Gestão de Águas.

Franklin agradeceu a atenção e passou a palavra para Joema Alvarenga.

Informações sobre o palestrante, Franklin de Paula Júnior²: Experiência profissional em políticas públicas da área socioambiental, com foco na formulação e planejamento participativo em recursos hídricos, é pós graduado em Filosofia Política Contemporânea (1994) pela Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ), e bacharel em Administração de Empresas (1991) pela Universidade Presidente Antônio Carlos (UNIPAC), tendo cursado disciplinas de graduação em Antropologia (1996) da UFJF, do mestrado em Ciência Política (2000) na UFMG (Espaço Público e Movimentos Sociais), de Gestão de Recursos Hídricos (2009) no mestrado do CDS/UnB, e várias de extensão e atualização (2008-09) do Programa de Formação de Conselheiros Nacionais da UFMG/SG-PR. Lecionou nos cursos de "Governabilidade da Água" e "Planejamento e Gestão Integrada de Recursos Hídricos" (coordenação técnica) do Programa de Formação Iberoamericano em Matéria de Águas", no curso de Extensão "Água, matriz ecopedagógica" da Universidade de Brasília (UnB), no curso de Pós Graduação em Gestão Ambiental da Universidade Estadual de Goiás (UEG) e em escolas públicas do Ensino Médio em Minas Gerais. Foi assessor técnico (1997-98) do Instituto Mineiro de Gestão de Águas (IGAM), assessor técnico (2003-05) da Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente (SRH/MMA), consultor (2006) pela Organização dos Estados Americanos (OEA) e, atualmente, exerce a função de gerente de

² Retirado do *Curriculum Lattes*: <http://lattes.cnpq.br/2111965409345185> - acesso em Setembro de 2013.

O I Encontro de EA e GIRH da Bacia do Rio Doce no contexto do Plano de Bacia do CBH Doce: expectativas, desafios e perspectivas

Palestrante: Joema Alvarenga (Secretária Executiva do CBH Doce).

Joema iniciou a palestra falando a respeito do processo de integração entre o Encontro Formativo Nacional e o Encontro da Bacia do Doce, reconhecendo e enfatizando a Bacia Hidrográfica (BH) como unidade de planejamento. Apresentou em seguida o mapa da Bacia do Rio Doce, que abrange parte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, as características gerais (como o número de municípios abrangidos pela Bacia, que totaliza 228), principais atividades econômicas (mineração, siderurgia, plantação de eucalipto e café, e agropecuária), os principais problemas enfrentados na bacia (ocupação desordenada, inundação, esgoto doméstico lançado in natura nos corpos d'água, e assoreamento), destacando que a BH do Rio Doce é muito degradada, inclusive a qualidade da água, uma vez que há surtos recorrentes de cianobactérias nos corpos d'água.

Joema enfatizou que a gestão de Recursos Hídricos (RH) na BH do Rio Doce é descentralizada (o CBH é composto por representantes do poder público, sociedade civil e usuários), e que o Comitê de Integração da Bacia do Rio Doce é composto pelo CBH Doce, 6 Comitês de Rios Afluentes Mineiros (CBHs: Piranga, Piracicaba, Santo Antônio, Suaçuí, Caratinga e Manhuaçu) e 3 Comitês de Rios Afluentes Capixabas (CBHs: São José, Santa Maria do Doce e Guandu). O CBH Doce foi instituído por um Decreto Presidencial de 25/01/2002, sendo sua composição: 27% representantes da sociedade civil; 32% do poder público e 40% de usuários.

A Secretária Executiva do CBH Doce destacou que a gestão dos recursos hídricos deve ser compartilhada e participativa, sistemática e integrada (este último sendo o maior desafio), trazendo para o seio da gestão todos que são e podem ser atores. Em seguida, apresentou um registro fotográfico das atividades do CBH Doce, de plenárias e câmaras técnicas.

Em relação ao III Encontro Formativo na Bacia do Rio Doce, Joema destacou a articulação conjunta com CTEM/CNRH e o Ministério do Meio Ambiente (MMA), por

meio da Secretaria Nacional de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano (SRHU), além da articulação com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais (SEMAD/MG), Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Espírito Santo (IEMA); Prefeitura de Ouro Preto (MG), Comitês de rios afluentes da bacia do rio Doce, e da Câmara Técnica de Capacitação e Informação (CTCI) do CBH Doce.

Joema ainda destacou a construção e a reconstrução do formato dialógico do encontro, através da mobilização dos comitês do Doce, dos participantes do Encontro Formativo, e grande destaque para a participação dos indígenas no protagonismo da GRH. Também foi enfatizada a definição da EA como eixo norteador e integrador das políticas de participação social nos dez comitês e o resgate do protagonismo das comunidades tradicionais.

Joema finalizou sua fala dizendo que a só haverá modificação quando tocarmos na alma das pessoas.

7- Metodologia, Programação e Acordo de Convivência

Suraya agradeceu a participação de Joema e convidou Ricardo Burg para fazer o Acordo de Convivência.

Ricardo apresentou a programação, ressaltando que ela foi resultado da maturação da ideia do que queremos nesse encontro; falou que as boas-vindas foi muito inspirador e destacou que o evento trabalharia bastante a oralidade.

Suraya agradeceu Ricardo e também os que falaram antes dele, e os presentes no Encontro, e falou que os aguarda às 19:30 para a cerimônia de abertura.

Às 19:30 houve a abertura oficial do evento, com o pronunciamento das autoridades convidadas, seguida do lançamento do livro “Política de Águas e Educação Ambiental: Processos Dialógicos e Formativos em Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos” (versão ampliada, 3ª edição).

2º DIA: EXPRESSÃO DO EMPÍRICO – CONSTRUÇÃO DE NARRATIVAS: SISTEMATIZAÇÃO E COMPARTILHAMENTO DAS VIVÊNCIAS

27 de agosto de 2013 – terça-feira

1- Investigação Apreciativa – A Educação Ambiental fazendo a diferença na GIRH

O segundo dia de evento começou na manhã da terça-feira com uma pequena reunião explicativa no plenário, onde se definiu a metodologia a ser utilizada na Dinâmica em Grupos.

Dinâmica em Grupos:

A Dinâmica em Grupos, realizada no saguão do segundo andar do Centro de Convenções da Universidade Federal de Ouro Preto, teve como objetivo iniciar a investigação apreciativa com a apresentação de narrativas pessoais em movimento, denominada pelos proponentes como “contação de *causos*”, fazendo referência à tradição típica interiorana de compartilhar vivências de modo informal. Estas narrativas, preferencialmente, deveriam estar relacionadas com experiências profissionais na área de recursos hídricos.

A Dinâmica começou com os participantes andando pelo espaço, a fim de diversificar as companhias e proporcionar uma maior interação entre os congressistas. Em determinado momento, preestabelecido, os participantes deveriam parar e escolher o colega mais próximo e trocar essas vivências, cada um tendo até dez minutos para relatar uma história que julga ser importante relacionada a recursos hídricos, e dessa forma compartilhar, também, sensações passadas e praticar a escuta em silêncio apreciativo das palavras do companheiro.

Durante este primeiro momento em dupla houve um pequeno grupo à margem do exercício que preferiu trocar histórias entre si. Houve também um excesso de fotógrafos e câmeras que auxiliaram na diminuição da interação entre os participantes. O uso de tecnologia, como *tablets* e celulares, para mostrar fotos, ou outras referências, ocorreu em pequeno número. As reações às histórias foram diversas, risos e espanto ilustraram os diferentes enredos contados neste intercâmbio entre culturas de diversas regiões do Brasil.

Após a troca de “*causos*” pela dupla, esta deveria se manter junta e escolher a história mais significativa, que seria repassada a uma outra dupla, formando grupos de quatro pessoas, que trocariam duas histórias, seguindo a mesma metodologia do trabalho em duplas. Este segundo momento foi marcado por uma maior organização e atenção, devido à diminuição no ruído de conversas paralelas, inicia-se assim a formação das células que por fim apresentariam as histórias finalistas.

Ao todo seis grupos se formaram, e seis “*causos*” seriam levados à próxima plenária, e seriam compartilhadas com todos os participantes.

Figura 1 - Moderadores explicando a Dinâmica.



Apresentação em Plenária:

Ao todo foram apresentadas seis histórias, uma em trio, uma em dupla e quatro individualmente. Além destas seis histórias foi proposta a gravação em vídeo de mais dez relatos, ficando disponível para quem quiser compartilhar o relato.

A primeira história, apresentada por Raissa Ribeiro, representante da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão, relatou a experiência vivida em um Curso de Multiplicadores no interior do estado, onde o objetivo era a formação técnica de educadores ambientais. Raissa relatou que após o desenvolvimento

do curso, a equipe que gravava os relatos dos participantes recolheu o depoimento de um homem mais velho, aproximadamente oitenta anos, que expôs a importância da atividade executada, levar ensinamentos aquelas pessoas, e despertou nos organizadores a emoção da realização e a noção da importância de trabalhos de educação nas comunidades.

A segunda história, relatada pelo Alexandre Pataxó e pela Josi Tupiniquim, representantes do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Doce, iniciou com a explanação da separação ocorrida no momento inicial da dinâmica, motivada por uma reunião dos representantes dos povos indígenas a fim de decidir entre si quais seriam as falas a serem levadas para os outros participantes da dinâmica. Alexandre exaltou a importância de se haver espaços para discussão da causa ambiental e troca de informações. Foram discutidos também os aspectos jurídicos da formação de projetos de aproximação em territórios indígenas estipulados pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Houve a denúncia de grandes projetos de infraestrutura e mineração que ameaçam territórios e o estilo de vida indígena. Josi Tupiniquim, da Aldeia Pau Brasil, localizada em Aracruz (ES) relatou os desejos e angústias da comunidade indígena, principalmente dos jovens, e ressaltou a importância de se formar parceiros para a preservação da vida. Por fim, houve a denúncia dos genocídios que ocorrem, principalmente, devido às leis, decretos e projetos assinados pelo Governo Federal.

A terceira história, relatada por Teresa Cristina, representante do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Santo Antônio, professora de história na cidade mineira de Ferros, ocorreu em uma visita de campo com uma turma de alunos até a Serra do Pedrão, localizada a aproximadamente uma hora de caminhada. Ao chegar ao local desejado, um ponto alto perto de uma mata nativa, o grupo preparou um lanche utilizando um cupinzeiro abandonado como fogão rústico, e ao iniciar a decida, apagaram o fogo, sem perceber que haviam brasas ainda no fundo. Teresa relatou que após voltarem para a cidade de Ferros observara focos de incêndio na Serra onde estiveram, iniciando assim uma convocação dos que lá estiveram para voltar e apagar o fogo. Com o auxílio do proprietário da área conseguiu extinguir as chamas, protegendo desta forma a mata nativa. Teresa ressaltou que este relato sobre a prevenção de um incêndio em uma mata nativa é por conseguinte uma história sobre recursos hídricos, e também sobre a responsabilidade que temos sobre nossas ações.

A quarta história, relatada por Reinaldo Silva, Krenak, e Canauã Tupiniquim, representantes do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Doce, mostrou a relação do povo Krenak com os recursos hídricos, transcendendo a visão utilitarista, eles estabelecem ligações sacras com a água. Os rios e nascentes, relata Reinaldo, são parte do ritual de cura, para os Krenak, a partir da imersão. Hoje em dia não se pratica mais a imersão devido à má qualidade da água, porém a cultura ainda é passada para os mais jovens. Canauã, da etnia Tupiniquim, agradeceu o convite para participar do Encontro e denunciou a situação em que os Tupis vivem, relatando que o progresso capitalista destruiu as terras pertencentes a seu povo com “fome de sangue e terra, cruz e estrada”. Por fim, denunciou também a transposição das águas do Rio Doce através do Canal Caboclo Bernardo, prejudicando as terras da aldeia indígena próxima ao curso d’água. Este canal, atualmente pertencendo à Empresa Votorantim Celulose e Papel (VCP), atual controladora da Aracruz Celulose, possui má qualidade de água, sendo vetor de doenças e alagando terras produtivas.

A quinta história, relatada por Maria Inácia, representantes do Comitê de Bacia Hidrográfica do Baixo Pardo Grande, se passa na cidade de Colômbia, região norte do Estado de São Paulo. Maria relata que em 2008 uma empresa sucroalcooleira se instalou na região e requisitou o corte de 120 hectares de mata nativa dos biomas de Cerrado e Mata Atlântica, que na época era uma Reserva Legal. Uma juíza local autorizou o pedido de supressão, gerando uma grande insatisfação local, a comunidade se manifestou para impedir o desmate, deu-se entrada em uma liminar judicial, convocou-se a mídia, houve o envolvimento de vários setores ambientais, políticos e da polícia militar, que por fim, conseguiram impedir o desmate da área. Esta história, de acordo com Maria, é um grande exemplo de mobilização política e social.

A sexta e última história, relatada por Antônio, professor na cidade de Simonésia (MG), narrou a experiência de criação e gestão da Mostra Simonesiense de Trabalhos Científicos (Mosit) que estimulavam a geração de dados e trabalhos relativos à região. Antônio expos também a experiência de criação de uma Organização Não Governamental (ONG) de cunho ambiental.

2- Fala de Contexto:

Essa atividade foi iniciada após a apresentação pela mediadora Vera Margarida Lessa Catalão, professora na Universidade de Brasília (UnB) no Distrito Federal na área de Educação Ambiental - Centro de Desenvolvimento Sustentável, que convidou o Professor Apolo para contar um “*causo*” sobre o Projeto Manuelzão, após fazer um breve apanhado de tudo que havia sido apresentado anteriormente nos “*causos*” narrados pelos participantes.

O Professor Apolo Heringer Lisboa atua na Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Medicina na Área de Saúde, Meio Ambiente e Educação Ambiental é um dos idealizadores e fundadores do Projeto Manuelzão (PMz) Rio das Velhas - São Francisco o qual foi criado em 1997, 7 anos após da criação da Lei das Águas. Desde que foi criado o Projeto não deixou de publicar sua revista, atualmente no nº 69.

Apolo iniciou seu discurso relatando algumas matérias que foram publicadas na última edição, como por exemplo, a questão dos Jardins Zoológicos os quais segundo o mesmo não se caracterizam nem como jardim e nem tem que ter zoológico, pois o ser humano destrói os ecossistemas e depois começam a criar animais em zoológico dizendo que aquilo é uma questão importante cientificamente, se fosse científico tinha que ter um casal de seres humanos, pois também fazem parte da fauna. Na verdade os animais são estressados, e é um terror, um campo de concentração e que tudo que o que fazemos com os animais fazemos com os seres humanos também, a história já mostrou isso. E também sobre canalizações de córregos, pois em sua opinião é um absurdo o Brasil canalizar córregos, estes têm que existir em leito natural e aproveita para contar um fato ocorrido em Belo Horizonte onde na Rua Padre Belchior haveria uma obra no valor de 10 milhões de reais para que o rio que passa embaixo desse local voltasse a correr em seu leito natural, a rua tornaria um rio, no entanto os comerciantes se reuniram e começaram a denunciar que a prefeitura estava fazendo aquilo sem consultar e que iria prejudicar o comércio, logo, eles não queriam que o rio voltasse, sendo que o rio era maravilhoso. Assim às vezes você tem que inventar uma forma de provocar o debate, às vezes você tem que inventar uma obra e falar que a prefeitura vai fazer para o povo acordar, que as pessoas estão anestesiadas. Abordou também vários temas atuais do Brasil, apontando os pontos de vista e discutindo-os.

O Projeto Manuelzão foi criado visando à despoluição do Rio das Velhas e começou querendo mudar a mentalidade da sociedade – era um projeto político. A água foi escolhida porque houve uma visão, uma percepção, de que a água é considerada um instrumento de conhecimento. Apolo considera a água como um conhecimento que flui, traz notícia do que ocorre na bacia hidrográfica. É necessário saber trabalhar a água como um espelho que transparece nossas atitudes, o que significa que presente na água é possível encontrar informações sobre o comportamento humano e pela compreensão destas informações que a água traz ocorre o processo de transformação da humanidade que se refletirá novamente na água.

De acordo com o palestrante os governantes responsáveis pelo meio ambiente não conseguem ocultar, ou mentir, quando o assunto é a água, pois é transparente a degradação dos rios. Afinal o compromisso da sociedade deve ser com a melhoria da vida em comunidade.

Segundo Apolo, os Comitês de Bacia Hidrográficas (CBHs) foram criados com muito idealismo, com a ideia integrada do meio ambiente, no entanto existe uma preocupação de que os CBHs se tornem órgãos puramente de reunião, discussão, de denúncia mas sem deliberações. Esta perda de ações está acontecendo, em Minas Gerais, por exemplo, que dos 36 CBHs existentes, a maioria não tem voz nenhuma, não sabe gerir os instrumentos de ação que possuem.

Nesse contexto surgiram as Agências de Bacia juntamente com a cobrança pelo uso da água, mas se os CBHs estão dispersos, se a diretoria do CBH tem dificuldade para tudo e todo o poder financeiro, administrativo e burocrático concentra-se na Agência de Bacia, pode ocorrer que as Agências comandem os CBH, ou seja, o braço executivo pode chegar dirigir os CBHs e isso não pode acontecer.

Apolo considerou necessário que os coordenadores dos CBHs tenham plena consciência de exigir que com o dinheiro da cobrança, realizado pelas Agências, tenham condições de trabalhar, afinal é necessária estrutura para poder agir. Essa inversão de papéis não deve existir; as Agências de Bacia devem existir e facilitar a atuação dos CBHs com soberania.

De acordo com Heringer, não podemos transformar o trabalho da bacia simplesmente num trabalho de consultorias de empresas que não estão preocupadas com

a finalidade da gestão, sem haver contato com a comunidade; para isso é necessário ampliar o compromisso destas empresas com as atividades nas bacias.

Segundo Apolo, o Projeto Manuelzão ajudou a fundar e entrou para o CBH Velhas, auxiliando na atuação da sociedade civil, e passou a atuar dentro de um organismo de Estado, porém devemos “jogar todas as nossas fichas” num organismo de Estado.

O Professor ressalta que quando trabalhamos em um CBH, em um movimento como esses, de sinceridade, tem-se que tentar entender qual recado que a água traz para nós, para modificar nossos métodos e os CBHs deveriam que ser avaliados pela melhoria obtida na gestão das águas com metas, de três ou quatro anos, como o peixe que vai voltar ao rio, tem gente que transformou monitoramento físico e químico em um modo fácil de obter o que se deseja, além de ser um monitoramento que o povo não entende.

Destacou ainda que o ser humano analisa a bacia como se estivesse de fora, como se fosse algo fora de contexto. Quando Apolo relatou melhorias nas bacias, está falando do peixe e do ser humano que moram na bacia. O ser humano faz parte da fauna, é vertebrado, mamífero, bípede, tem características estudadas na biologia.

Apolo descreveu que os peixes do Rio das Velhas estão voltando, mas é possível encontrar peixe sem a nadadeira, com má formação genética, câncer, cego etc. Dessa forma, um bom monitoramento seria associar a saúde humana levando em consideração a saúde do peixe, pois a água é a mesma para todos. A volta do peixe ao rio é um indicador mais importante que a mortalidade infantil, pois a mortalidade infantil era importante antes, hoje já não é mais um bom indicativo de desenvolvimento social, devido ao amplo desenvolvimento da medicina, em especial da pediatria, e, segundo Apolo, a “indústria da doença” gera muito dinheiro e não é interessante para eles deixarem as crianças morrerem.

A maior parte das doenças é de veiculação hídrica, e ocorrem devido à poluição das águas; se os rios não estivessem poluídos não haveria essas doenças. Logo, o foco deve ser na saúde, e não na doença. O foco não tem que estar no conflito, mas na solução.

Em seguida o Professor chamou a atenção para o lado político dos problemas nos CBHs, lembrando que devemos ser a favor de obedecer às leis, mas também de mudar

as leis, pois se não obedece, mas também não muda a lei, é uma regressão como civilização. Segundo Apolo, devemos defender as leis, mas tem que haver possibilidade de democraticamente as leis evoluírem.

Ao eleger os representantes de um CBH, consequentemente está se favorecendo a atuação por segmentos, pois é uma maneira de organizar, mas o que deve ser defendido é o Rio, e não os segmentos. Por exemplo, sobre os múltiplos usos das águas da bacia, será que o rio suporta os múltiplos usos a ele atribuídos? A bacia hidrográfica não é depósito de material de construção, é um ecossistema, é vida. Dessa forma só haverá água se o ecossistema ficar vivo. Se o ecossistema morrer pelo desmatamento, pelo esgoto, pelo agrotóxico, por tudo que se faz no rio, pelo uso excessivo do seu potencial o rio, a bacia morre.

Para Heringer a bacia hidrográfica não é um canal de água, não é uma caixa d'água, “não se nada em caixas d'água, não há vida em caixas d'água”. Isso é um pensamento reducionista, pois a bacia hidrográfica é um ecossistema, tem que estar vivo para ter madeira, para ter água, para ter bem estar, para ter lazer, tem que estar vivo.

Os rios e as bacias estão morrendo e muito do que se diz em defesa dos rios é defesa não da água, mas sim da economia. Os CBHs começaram a se organizar não apenas devido aos ambientalistas, mas também pelos empresários que perceberam que iriam ficar sem, e sem água não há meios de se ganhar dinheiro.

O Professor provocou para que se assuma uma postura de indignação diante aos fatos e que se inicie um processo de mudança, a qual comece pela mudança do Brasil, mudando primeiro cada um de nós, mudando onde atuamos; por exemplo, passar a fazer compostagem na residência se for possível, ajudar a lavar os pratos, reconhecer os erros nas relações familiares, nas relações profissionais, isto é, no dia-a-dia, para depois mudar o Brasil.

De acordo com Apolo, para o desenvolvimento do Plano de Bacia do Rio das Velhas foi feita uma expedição pelo rio e pode-se notar que o problema estava na concentração de esgoto na Região Metropolitana de BH, logo foi lançada a meta 2010, ouvindo as pessoas e suas experiências, e foi proposto ao governo despoluir o Rio das Velhas até 2010 com o foco na despoluição da região de BH. Após esse pedido foram criadas a Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Arrudas e a ETE Onça. Antes desse

passo, em 2001, não existia tratamento de esgoto na região metropolitana de BH. Atualmente, 60% do esgoto é tratado e isso explica porque o peixe está voltando para o Rio das Velhas.

Heringer finalizou seu discurso dizendo sobre a importância de destacar que o trabalho de meio ambiente em Minas Gerais está vivendo um apagão completo, porque muitos políticos acham meio ambiente não dá voto, e estão abandonando os ambientalistas que lutam como voluntários. A meta 2010-2014 está morrendo à míngua em MG. Surgiu um vácuo entre os CBHs para todo lado e deputados querendo o apoio, organizando audiências no interior, muito mais para fazer campanhas para seus partidos, campanhas eleitorais, do que realmente por amor à água. O nosso pensamento é muito mais profundo, de muito maior alcance. Nós, ambientalistas, estamos pensando não somente na humanidade, mas na vida do planeta Terra.

Informações sobre o palestrante Apolo Heringer Lisboa³: Doutor em Educação pela FAE/UFMG, área de Conhecimento e Inclusão Social, orientação do professor Luiz Alberto Oliveira Gonçalves, com o título Projeto Manuelzão: uma estratégia de transformação da mentalidade social. Foi baseada numa pesquisa do processo de mobilização e estratégias do Projeto Manuelzão, do qual foi o idealizador e fundador, respectivamente em 1990 e 1997. O Projeto Manuelzão mobiliza a sociedade para a recuperação hidroambiental do Rio das Velhas, MG, através do objetivo específico e operacional da volta do peixe, mas tendo por objetivo geral a transformação da mentalidade cultural na população desta bacia hidrográfica. Graduado em Medicina Humana, em 1967, pela UFMG, possui Mestrado em Medicina Veterinária pela Universidade Federal de Minas Gerais (1993), na área de Epidemiologia. Realizou pesquisa sobre o valor diagnóstico das características visuais da diarreia ocasionada pela cólera e os riscos de sua má utilização no diagnóstico clínico e na comunicação social no caso de uma epidemia. É professor no Departamento de Medicina Preventiva e Social da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, como preceptor do Internato em Saúde Coletiva (antigo Internato Rural). O Projeto Manuelzão atua na área de Saúde, Meio Ambiente e Cidadania, coordenando trabalho de pesquisa, ensino e mobilização social pela recuperação hidroambiental da sub-bacia do rio das Velhas, bacia do São Francisco. Ambientalista, mobilizador e formulador político, escritor, com livros e artigos de divulgação ampla na área literária, médica e política. Tem experiência e especialização, sentido amplo, em Pneumologia Sanitária, adquirida, sobretudo no Hospital Universitário Issad Hassani em Argel, Argélia, em atividades hospitalares e de campo no combate à tuberculose. É especialista em Pneumologia Sanitária e Epidemiologia em cursos na França e Bélgica.

3- Eixos Temáticos de Formação e/ou Planejamento voltadas para a Gestão de Águas

Oficinas realizadas no período da tarde de terça-feira.

Comunicação Social:

³ Retirada do *Curriculum Lattes*: <http://lattes.cnpq.br/8584595137405086> - acesso em Setembro de 2013.

As atividades do Eixo Temático de Comunicação Social foram iniciadas com a apresentação das moderadoras Mônica Pilz Borba (Instituto 5 Elementos – Educação para a Sustentabilidade; REPEA – Rede Paulista de Educação Ambiental; REBEA - Rede Brasileira de Educação Ambiental) e Cláudia Dianni (Assessora de Comunicação Social da ANA – Agência Nacional de Águas). Em seguida as mediadoras convidaram os participantes (16 pessoas) a se apresentarem, dizendo seus nomes e a bacia hidrográfica a qual pertencem.

A oficina teve como objetivo demonstrar, de forma sucinta, como elaborar uma matriz de Plano de Comunicação para um Comitê de Bacia Hidrográfica (CBH). Para alcançar o objetivo, as moderadoras propuseram a seguinte metodologia: definição do público envolvido, problematização e produtos/atividades, com a elaboração da matriz.

Inicialmente, os participantes elencaram diferentes públicos envolvidos (as moderadoras usaram o termo “público envolvido”, ao invés de “público alvo” para enfatizar a proposta de uma comunicação não violenta e o desafio de uma comunicação que traga o envolvimento do público na gestão dos recursos hídricos). Essa primeira etapa foi marcada por uma discussão de quem eram os públicos e sua relação com os recursos hídricos. Os participantes levantaram diversas questões a respeito da gestão dos recursos hídricos, como a que poucas pessoas sabem da existência de comitês de bacia hidrográfica, da cobrança pelo uso do recurso hídrico e da outorga de direito de uso de recursos hídricos. Mônica pediu que os participantes pensassem e expusessem com quais públicos os CBH tem que trabalhar. Os participantes levantaram os seguintes públicos: produtores rurais/pescadores, escolas (pais, alunos e professores), turistas, estudantes/sociedade civil, integrantes de CBH e microempresas. Mônica salientou que toda sociedade é público envolvido, porém para cada segmento é usada uma linguagem própria, para comunicação. Cláudia destacou a gestão dos veículos de comunicação, e observou que os participantes elencaram públicos setoriais, mas não citaram a mídia como um público, e ela é de suma importância pois é um pulverizador de informações. Neste momento, foram acrescentados à lista de públicos envolvidos universidades e mídias. Cláudia disse que essa oficina visa oferecer uma estratégia para fazer comunicação, de forma não violenta, para que a mensagem chegue ao seu destino, e destacou o desafio de como fazer uma mensagem e “embalar” de um jeito que as pessoas queiram ver a mensagem. Em seguida, Mônica perguntou aos participantes quem tinha interesse de trabalhar com qual público. Os públicos selecionados foram:

produtores rurais/pescadores, escolas (pais, alunos e professores), integrantes de CBH e mídias, e assim formaram-se quatro grupos de trabalho (Fig. 2), onde cada grupo elaboraria uma matriz de comunicação social para o público escolhido.

Figura 2- Vista parcial dos grupos formados na oficina de Comunicação Social.



Definidos os públicos que seriam trabalhados, passou-se à segunda etapa da metodologia proposta, que é a problematização (“o que vamos comunicar?”). Mônica pediu aos grupos que em 15 minutos discutissem quais eram os problemas que eles percebiam para se comunicarem com o público escolhido (tanto problemas de comunicação quanto de entendimento por parte do público).

Após a discussão, passou-se à terceira etapa da metodologia, que foi a definição de produtos/atividades para resolver os problemas e dimensionar os resultados, com o uso de indicadores. Para isso cada grupo recebeu uma folha de papel A2 onde deveriam preencher as colunas: público; problemas do comunicador ou do público; produtos de comunicação/atividades; e resultados esperados (Fig. 3). Os grupos podiam citar também os responsáveis pelo plano de comunicação, os recursos financeiros necessários, o tempo para execução do plano e parcerias. As Figuras 4 e 5 mostram os

grupos preenchendo as matrizes. A medida que os grupos terminavam de preencher a matriz, colavam o papel na parede da sala, onde formou-se um mural (Fig. 6). A matriz de cada grupo será apresentado em anexo.

Figura 3- Matriz do plano de comunicação social que deveria ser preenchida por cada grupo.

PÚBLICO	PROBLEMAS DO COMUNITADOR OU DO PÚBLICO	PRODUTOS DE COM. ATIVIDADES	RESULTADOS ESPERADOS
			RESPONSÁVEIS \$ TEMPO PARCERIAS

Figura 4 - Grupos trabalhando no preenchimento das matrizes.



Figura 5 - Grupo preenchendo sua matriz de comunicação.



Figura 6 - Matrizes preenchidas e fixadas na parede, formando um mural.



O primeiro grupo que apresentou sua matriz foi o do público “**Integrantes de CBH**”, que elencou alguns problemas: os integrantes dos comitês tem opiniões distintas sobre o produto que eles tem que entregar para a sociedade, e dificilmente há um

consenso nas respostas; e alteração de parte (ou de todos) os integrantes dos CBHs a cada gestão pública. Propôs como produto a apresentação de macropolíticas (como um programa de saneamento para a bacia) para a sociedade e material de divulgação dos CBH (cartilhas, site) em linguagem acessível, com informações relevantes aos integrantes. Com isso, o grupo espera alcançar como resultado um maior envolvimento dos integrantes e de seus setores, além de participantes e conscientes de seu papel nos comitês.

O segundo grupo apresentou a matriz para o público envolvido “**Mídias**”: as principais problemáticas levantadas pelo grupo foi a falta de interesse do público envolvido, a divulgação diferenciada das agendas dos comitês, ausência de ações criativas e falta de campanhas locais. Uma das atividades enumeradas pelo grupo é a disponibilização das campanhas do comitês para as mídias locais dos municípios integrantes da bacia, assim como integrar agendas e campanhas, o que também leva a integração dos comitês. Outra necessidade é instigar e realizar eventos para gerar notícias. Como resultados esperados, o grupo enumerou a maior divulgação das campanhas e maior participação nas atividades do comitê. O grupo ressaltou a impotência de verificar se a ação está dando certo.

O terceiro foi o dos “**Produtores Rurais/Pescadores**”: este grupo destacou que o produtor rural não é reconhecido por sua posição estratégica na conservação da água, e a maioria dos produtores não leem (jornal, revista etc). não participam de palestras, e com isso tem acesso mais restrito à informação. O grupo enfatizou que esse público tem que ser alcançado através dos meios de comunicação que fazem parte da sua rotina (normalmente rádio e televisão) e dos eventos que frequentam, como celebrações religiosas, reunião de cooperativas etc. Os resultados esperados pelo grupo são a conscientização do produtor rural acerca do seu valor estratégico na gestão dos recursos hídricos, e o engajamento efetivo das organizações governamentais, para juntos com os CBHs mobilizarem os produtores rurais. O grupo observou que todas as considerações feitas também se encaixam aos pescadores.

O quarto grupo foi o das “**Escolas**”: o grupo abordou o problema de ter diferentes “sub-grupos” neste grupo, e cada um exige uma linguagem diferenciada (alunos de diferentes idades, famílias, professores, funcionários e gestores), e dos professores que, em sua maioria, tem baixa autoestima, baixa valorização no setor financeiro, sobrecarga de atividades e sem ou pouco conhecimento na área ambiental. Destacou também outras

problemáticas: falta de informação e conhecimento sobre o tema “Comitê de Bacia Hidrográfica” e “Políticas Participativas” e falta de interesse dos órgãos públicos e privados em desenvolver o senso crítico e a real participação cidadã. Apontou também que as escolas normalmente recebem projetos prontos, nem sempre adequados à linguagem do público e à realidade da escola; se os projetos fossem construídos nas próprias escolas, poderia haver maior participação no seu desenvolvimento. O grupo ressaltou ainda o caráter transdisciplinar de toda a educação ambiental, e a importância das diferentes disciplinas. Comentou-se ainda que a escola não é ambientalmente sustentável, e que possui recursos para transformar sua realidade, mas depende do gestor/diretor fazer bom uso desse recurso. Os principais resultados esperados por esse grupo são a maior sensibilização para a necessidade de mobilização e a mudança de valores, hábitos, conhecimentos e, principalmente, da postura política.

Terminadas as apresentações, as moderadoras fizeram algumas considerações. Disseram que o objetivo dessa atividade era que os grupos elaborassem produtos reais, aplicáveis a cada público. Salientaram que falta de recursos financeiros não é impedimento para a realização de um plano de comunicação, e que para montar um plano, basicamente tem-se que identificar o público envolvido, qual a mensagem que se quer transmitir, como passar a mensagem e qual o melhor instrumento para transmitir essa mensagem. Mônica citou uma ferramenta chamada Ecomapa, já utilizada no contexto de CBH, que é uma leitura gráfica e qualificada das interações entre os membros do Comitê com o objetivo de diagnosticar a interação e cooperação existentes no exercício dos objetivos do CBH, e sua aplicação permite visualizar as relações que os membros do CBH estabelecem entre si, bem como áreas de conflito e fragilidades na integração. Esse gráfico pode ser desenvolvido anualmente e comparado, sendo um indicador.

As moderadoras ressaltaram que o plano de recursos hídricos tem que deixar de ser um documento muito extenso, que pouquíssimas pessoas leem, e ser acessível para todos os envolvidos na gestão dos recursos hídricos e uma ferramenta de comunicação. Para finalizar, Cláudia e Mônica frisaram novamente a importância de se escolher o público envolvido e focar nele, pois cada público tem uma particularidade e uma forma de abordagem, e a partir daí desenvolver o plano de comunicação.

As moderadoras fizeram uma síntese de cada matriz, para ser apresentada na plenária, conforme Figura 7.

Figura 7- Síntese das matrizes elaboradas na oficina.

Públicos Prioritários	Problemas	Produtos de Comunicação	Resultados Esperados
Integrante Comitê Baixa	Ausência conheci- legitação e Plano Baixa Baixa participação	Cartilha / <u>ECOMAPA</u> Site Seminário	Maior envolvimento Integrantes
Mídias	Falta interesse	Campanhas criativas	Mais divulgação
Produtores Rurais Pequenos	Não se reconhece como produtores de água	Palestras dentro dos eventos deles (munic., sindicato, assoc.)	Produtor + consciente do seu papel estratégico
ESCOLA	Ausência de forma- ção sobre temas gestão das águas	Curso de Formação c/ método Particip.	Equipa/ da comuni- cidade na gestão da água

Mobilização e Participação Social:

Os trabalhos do Eixo Temático de Mobilização e Participação Social iniciaram com a apresentação da mediadora Iracema Ferreira de Moura, Assessora do Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã da Secretaria Geral da Presidência da República, responsável por desenvolver processos de educação popular voltados para o acesso às políticas públicas.

Iracema iniciou sua fala relatando as impressões passadas acerca das águas em sua terra natal, Ceará, e consequentemente, o valor da água na vida dela. Logo em seguida os presentes na oficina foram convocados a se apresentarem, falando o nome e origem.

Após a apresentação Iracema propôs a metodologia a ser utilizada na oficina, composta por uma pequena fala introdutória dela, seguida pela definição de duas questões a serem respondidas em três grupos, e por fim a composição de uma síntese, a ser apresentado em plenária.

Iracema ressaltou, em sua fala introdutória, o papel da Constituição Federal de 1988 e o direito da sociedade civil em participar da construção de políticas públicas, como por exemplo, a Política Nacional de Recursos Hídricos (1997). A Assessora relatou também o papel de revigorar as políticas de participação pública do Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã da Secretaria Geral da Presidência da República, além de pensar e reinventar outras formas de participação da sociedade civil. Os eventos de junho de 2013 são relatados por Iracema como uma forma de confirmar a necessidade de uma releitura dos mecanismos atuais.

Ainda em sua fala introdutória, Iracema questionou se os mecanismos de participação de fato representam a sociedade como um todo, e aproveitou para inserir a primeira das questões que irão compor o material a ser levado à plenária: Qual o papel da educação ambiental e da participação social na gestão dos recursos hídricos?

A segunda questão a ser discutida e levada à plenária é: Como ampliar e qualificar o engajamento social da base da sociedade na gestão dos recursos hídricos? Sendo a base de sociedade às populações mais isoladas e excluídas, partindo de um pressuposto que existe uma crise de representação.

Houve um momento de organização e separação em três grupos, que se reuniram em diferentes pontos do auditório a fim de discutir e elaborar as respostas para as duas perguntas.

Após este momento de discussão os grupos se reuniram para compartilhar as respostas elaboradas. O grupo três, primeiro a apresentar o resultado, observou as duas questões como complementares e elaboraram as respostas em conjunto. O primeiro tópico é a garantia do acesso aos espaços já definidos à sociedade, de forma a empoderar os reais representados. A segunda contribuição foi a sugestão de isenção de taxas de mudança, redefinição de estatuto, a fim de enquadrar as entidades de base que possuem relações com recursos hídricos, permitindo assim a participação destas nos comitês. A terceira sugestão foi buscar a sensibilização e capacitação de “menos favorecidos” para a elaboração de projetos e prestação de contas, buscando aumentar a participação das mesmas nos espaços coletivos já fortalecidos. A quarta sugestão se referiu às novas metodologias e estratégias de gestão, divulgação e sensibilização das organizações para aderirem e se envolverem na Política Nacional de Recursos Hídricos. A quinta sugestão se referiu à integração de políticas públicas afins com a gestão das

águas a fim de facilitar a discussão e participação com políticas integradas. A sexta sugestão foi a capacitação dos educadores ambientais em metodologias alternativas, observando criticamente se a metodologia atual alcança a sociedade. A sétima sugestão foi a viabilização de recursos financeiros para facilitar o acesso a reuniões, fóruns e eventos. A oitava sugestão foi a de aproveitar o momento de outorga para sensibilizar a população. A nona sugestão foi a definição de metodologias claras para a política de Educação Ambiental nos municípios. A décima e última sugestão foi a de cultivo de boas práticas, a fim de se tornar exemplo na comunidade nos comitês e na gestão pública.

O segundo grupo, grupo dois, apresentou uma versão mais resumida da discussão, sendo a primeira sugestão relativa à divulgação do comitê (o que faz e demandas), utilizando os meios de comunicação, tais como o rádio. A segunda sugestão foi de qualificar constantemente os membros dos comitês, para melhor intervenção e representatividade, inclusive órgãos de governo. A terceira sugestão foi a de seminários e fóruns itinerantes. A quarta sugestão foi a de formação continuada dos educadores ambientais, agentes de saúde e outras entidades que possuem um maior contato com a população.

O terceiro e último grupo apresentou como primeira sugestão o fortalecimento dos comitês através da implantação dos instrumentos de gestão dos recursos hídricos, principalmente nos municípios onde não há cobrança, ressaltando que a cobrança não é uma resolução única e sim uma forma de angariar recursos para mobilização. A segunda sugestão foi a indicação de representantes engajados na política ambiental, principalmente no caso do poder público. A terceira sugestão foi a divulgação dos trabalhos do comitê em escolas, igrejas e outras instituições populares. A quarta sugestão foi a abertura das reuniões aos membros não participantes da sociedade. A quinta sugestão foi a ampliação das reuniões itinerantes, reduzindo a dificuldade de locomoção e participação entre os membros. Em relação à segunda pergunta, o grupo sugeriu a cobrança da capacitação dos professores acerca da educação ambiental e Política Nacional de Recursos Hídricos, bem como fomentar a formação de multiplicadores, estimular a formulação de planos de comunicação entre os Comitês de Bacia. Ressaltou-se a importância da comunicação, principalmente relativo à participação em processos de licenciamento, como, por exemplo, em relação às grandes obras, principalmente minerárias.

Após a apresentação dos três grupos a mediadora Iracema discutiu a Minuta de Decreto da Presidenta da República⁴ que define a Participação Social e cada um de seus mecanismos, cria o Sistema Nacional de Participação Social, cria uma instância de governança (Comitê Gestor), cria a Mesa de Monitoramento das Demandas Sociais e cria o Fórum Inter Conselhos, que, segundo Iracema, já funciona em Brasília e tenciona fomentar a discussão entre as esferas públicas.

Iracema conclui sua fala e finalizou o eixo temático com a divulgação do site onde há mais informações sobre a Política Social (<http://psocial.sg.gov.br/politica-nacional>), e explicou o processo de adesão dos estados e como eles devem se portar, a fim de garantir os conselhos, conferências e participação com efetividade da sociedade civil.

Informações sobre a palestrante Iracema Ferreira de Moura⁵: Possui graduação em Engenharia de Alimentos pela Universidade Federal do Ceará (1994) e mestrado em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (2006). Atualmente sou Assessora na Secretaria Geral da Presidência da República na área de educação popular e articulação social. Na gestão de políticas públicas, ajudei a implementar e coordenei no INCRA o programa (TERRA SOL) voltado aos empreendimentos econômicos de agregação de valor e comercialização em áreas de reforma agrária. Participei de diversos grupos e comitês no âmbito do Governo Federal. Tenho experiência no trabalho e assessoria com organizações e movimentos sociais rurais.

Capacitação em GIRH:

A oficina foi conduzida por Taciana Neto Leme, Gerente de Capacitação da Agência Nacional de Águas (ANA). A atividade foi dividida em duas etapas, sendo a primeira uma exposição introdutória para definir os temas a serem discutidos a seguir na dinâmica de grupos, finalizando com mais uma parte expositiva “Capacitação e educação da ANA para o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH”.

Inicialmente foram apresentados os objetivos da oficina, identificar demandas de formação e capacitação; ou seja, quais são as demanda, quais são as necessidades de capacitação; estimular o intercâmbio de experiências, que também se caracteriza como um dos objetivos do Encontro como um todo, e apresentar estratégias e ações da ANA para capacitação e educação em recursos hídricos.

⁴ Material disponível em anexo.

⁵ Retirada do *Curriculum Lattes*: <http://lattes.cnpq.br/6730800509370200> - acesso em Setembro de 2013.

Taciana destacou as prioridades que foram eleitas no Plano Nacional de Recursos Hídricos e chamou atenção para uma, o desenvolvimento de processos formativos continuados dos fatores do SINGREH para a sociedade, pois esta discute o desenvolvimento de ações de capacitação voltadas para agentes multiplicadores. Neto questiona a escolha dos agentes multiplicadores que o plano trouxe que são membros do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, Câmaras Técnicas, Comitês de bacia, Agências de Bacia, Secretaria dos Recursos Hídricos, Ministério do Meio Ambiente, ANA e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA).

Entre as prioridades e recomendações do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) está a realização do mapeamento inicial da demanda por capacitação o qual deve ser realizado perenemente, pois as demandas de formação e capacitação mudam com o tempo.

Uma das prioridades apresentadas pode ser relacionada com outra oficina do evento, a Oficina da Comunicação Social, difusão de informações para o SINGREH que entre os objetivos está a construção de uma rede de troca de experiências.

O SINGREH é composto por atores sociais de diferentes escalas, seja no âmbito Nacional, Estadual, e da Bacia Hidrográfica, e outros atores com diferentes papéis, formulação e deliberação sobre Políticas de Recursos Hídricos, Conselho Nacional, Estadual e CBHs, atores que tratam da formulação de políticas governamentais, Ministério do Meio Ambiente (MMA), Secretaria do Estado, que trabalha com recursos hídricos, quem atua dando apoio aos colegiados, sejam eles comitês ou conselhos, na esfera nacional, Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano (SRHU) e a ANA, nos estados os órgãos gestores estaduais e no âmbito das bacias, as Secretarias Executivas ou Agências de Água. A palestrante lembrou a fala de Apolo Heringer Lisboa, quando este citou a relação entre Agências de Água e CBH, e defendeu que essa instância tem que estar a serviço da instância de participação social, não o contrário, dando suporte.

Dessa forma, esta instância é composta por diversos tipos de atores, por múltiplos interesses, pessoas de poder público, usuários que estão representando os diferentes usos da água (irrigação, agricultura), os que tem o maior mérito, o saneamento, na questão da garantia do abastecimento, o usuário mais tradicional dos recursos hídricos

que historicamente cuidou das águas, que é o setor hidrelétrico, o setor que talvez tenha o maior poder econômico ou mais habilidade nas diferentes instâncias, que é a indústria, se falamos de usuários há uma diversidade de interesses.

Além disso, nessas instâncias colegiadas existe a sociedade civil organizada, então é um espaço de múltiplos atores, de múltiplos interesses e não podemos achar que nessas instâncias todos tem o mesmo poder de negociação.

Logo parte das preocupações em capacitação, em educação, é tentar diminuir essas assimetrias de informações, muitas vezes um desses setores possui menos informações ou se apropriou menos desse conteúdo de informação do que outros.

Segundo Taciana, existem diferenças na formação das pessoas também, não só em termos de história de vida ou mesmo de conhecimento técnico, mas de habilidade de negociação, pois existem pessoas que são treinadas para negociar, pois tem acesso a Cursos de Gestão de Conflitos, e dessa forma possuem o poder de convencer o outro do seu ponto de vista. E as discussões previstas para os trabalhos de grupo servirão para tentar reduzir essas assimetrias, no mínimo diminuir as assimetrias de acesso ao conhecimento, do desenvolvimento de habilidades.

Outro ponto importante é lembrar que os temas mudam assim como os desafios de gestão e é necessário compreender melhor a complexidade da realidade, e é preciso conhecer essas mudanças para deliberar sobre essas instâncias. Para que as pessoas possam fazer uma boa representação no âmbito do comitê, que vai desde tratar do tema recursos hídricos a aprovar o Plano de Recursos Hídricos, tratar sobre qual a quantidade pouco significativa para dispensar a outorga, dispensar uma cobrança pelo uso da água, decidir sobre cobrança, arbitrar sobre conflitos, são várias as atribuições que são postas.

Assim é importante trabalhar o conceito de competência, as legislações. As resoluções tratam quais as competências necessárias para as tomadas de decisão nas instâncias de participação, ela envolve o que é preciso saber para tomar uma decisão adequada no CBH. Em uma instância colegiada, o que é preciso saber fazer, quais habilidades devem ter, de convencer o outro, que postura seguir. O que é preciso saber? O que é preciso saber fazer? E o que é preciso saber ser? Essas são questões que levam ao conceito de competência, e é chamado de CHA (Conhecimento, Habilidade, Atitude). Com base nesses pilares é possível preparar melhor, e todos são

multiplicadores, promotores de educação, promotores de processos formativos e de capacitação.

Na segunda etapa da oficina, os participantes, um total de 42 pessoas, foram divididos em três grupos. A proposta era que cada grupo trabalhasse por 15 minutos com uma pergunta e que houvesse um anfitrião, ou seja, uma pessoa fixa em cada grupo o qual seria responsável por fazer um complemento da discussão e ler o que o grupo anterior construiu. Os registros foram feitos em tarjetas, e a ideia era que cada participante desse sua contribuição. Essas tarjetas eram fixadas a quadros e ficaram expostas.

As questões trabalhadas foram:

- 1- Quais são as competências necessárias ou as demandas de capacitação para que os membros de CBH ou até dos órgãos gestores cumpram as suas atribuições?
- 2- Quais são as estratégias/metodologias que são necessárias para promover uma gestão das águas de forma participativa e descentralizada?
- 3- Que experiências que vocês já tem/ já tiveram em promover ações de capacitação e que essas experiências possam servir de referência, possam ser inspiradoras para os demais?

A parte final da oficina teve como objetivo incentivar os participantes a levarem para suas instituições, ONG's, Governos algumas possibilidades de capacitação que já existem, são gratuitas e que muitas vezes falta a sensibilização das pessoas e que todos fossem parceiros na divulgação dessas oportunidades de capacitação.

A ANA tem como missão promover a capacitação da sociedade brasileira para a conservação e o uso racional dos recursos hídricos e também a participação efetiva e eficiente na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos.

Taciana ressaltou a existência de uma gerência específica de capacitação a qual está inserida dentro de uma Superintendência de Apoio a Gestão dos Recursos Hídricos e dar apoio ao CBH, aos órgãos gestores e também trabalha com a questão da cobrança pela uso da água.

A capacitação na ANA acontece desde de seu início e pode ser dividida em três momentos históricos. Sendo que em um primeiro momento de 2001 a 2005 não existia orçamento, não existia nenhum recurso, tudo acontecia por meio de parcerias. No período seguinte de 2006 a 2010 começou a se estruturar, a ter orçamento e um planejamento anual. De 2011 até os dias de hoje, a ANA tem um orçamento descontingenciado, um orçamento significativo, sendo possível planejar as atividades e atitudes de longo prazo, e foi possível notar resultados significativos com base em indicadores como, por exemplo, um aumento no número de capacitados em 2 anos, no mesmo período em que houve maior orçamento o qual chega a quase 5 milhões de reais por ano para ser investido em capacitação.

Essa capacitação está disponível para técnicos, pessoas que trabalham nos órgãos gestores de recursos hídricos, seja federal, estadual ou municipal, membros e lideranças dos organismos de bacia, que são os Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs), os Conselhos, as Câmaras Técnicas (CTs), os usuários, abastecimento público.

De acordo com Taciana, os temas para capacitação são variados e em níveis de profundidade, por exemplo, existem cursos de Modelagem da Água, até Qualidade da Água, ou seja, variam das capacitações mais complexas as mais simples para mostrar a sociedade o que é a Política Nacional de Recursos Hídricos, a Lei das Águas. Notou-se que são universos variados e que trabalham tanto em escala nacional quanto internacional.

Assim as estratégias são baseadas em quatro linhas de capacitação: Cursos de ordem técnicos, como, por exemplo, medição de vazão, qualidade da água; outra linha é a de educação, comunicação, mobilização e participação social; também existem estratégias como a incorporação de conteúdos no ensino formal que se pode citar uma parceria com a Fundação Parque Tecnológico de Itaipu de Segurança de Barragens, de 320 horas e por último Projetos de Extensão e Difusão Tecnológica que envolve a produção de conhecimento e difusão do mesmo.

E ainda, uma estratégia recente na ANA, que é a Educação a Distância, a qual tem surtido muito resultado, pois muitas pessoas puderam participar de cursos que antes não podiam e também vale ressaltar que todo material científico produzido pela Agência pode ser utilizado por outras instituições visando difundir o conhecimento.

Por fim a palestrante citou o Projeto Água, um projeto de grande escala, com grande diversidade e oportunidade de capacitação. O ano de 2013 é o ano internacional da água e são oferecidas 17 mil vagas em cursos, sendo 7 mil em capacitação técnica e 10 mil em educação, comunicação, difusão e mobilização social. Dentre esses cursos existem vários temas e modalidades tais como a distância, presencial e semipresencial assim a palestrante encerrou a apresentação mostrando a interface de alguns dos cursos oferecidos pela ANA.

Resultados apresentados na plenária:

1) Objetivos da oficina: identificar demandas de formação e capacitação; estimular o intercâmbio de experiências; apresentar estratégias e ações da ANA para capacitação e educação em recursos hídricos.

2) Perguntas trabalhadas:

- Identificação de demandas/ competências para trabalhar nos órgãos gestores:

Respostas: conhecer a legislação, as competências do CBH, os instrumentos de gestão; desenvolver habilidades e trabalhar os conhecimentos e atitudes para trabalhar a questão da representatividade, principalmente a participação social; planejamento estratégico para os CBHs; divulgar e comunicar sobre os Planos de Recursos Hídricos; cursos voltados para a área de elaboração de projetos e capacitação de recursos; sentido da água para os diferentes atores.

- Desenvolvimento de estratégias/metodologias:

Respostas: Sensibilizar as pessoas para que estas participem dos processos de capacitação; capacitação técnica dos membros dos CBHs e Secretarias Executivas; estratégias de comunicação como boletins, fóruns, entre outros meios; aproveitar melhor o Fórum Nacional de CBHs; fortalecimento de parcerias entre os segmentos; trabalhar o processo de capacitação com visitas técnicas, expedições científicas; participar de vários eventos de metodologias e estratégias de desenvolvimento.

- Experiências:

Respostas: experiências ricas desde experiências em projetos até a participação em cursos e oportunidades, criar bancos de dados para que possa fazer um diagnóstico para saber como é a fauna da bacia, visitas técnicas, formação das CTs de Educação Ambiental (EA) e capacitação, formação, e inserir a sociedade civil de maneira mais efetiva neste processo.

3) Apresentação do Programa de Capacitação da ANA.

A palestrante citou que existem mais de 17 mil vagas em capacitação com temas muito variados, os cursos variam de 4 a 320 horas, são muito diversos e citou a importância de que os participantes conheçam as atividades de capacitação, pois todos são multiplicadores. Taciana finalizou apresentando o Projeto Água, o maior projeto de capacitação que está previsto até 2015 e oferta muitos tipos de cursos.

Informações sobre a palestrante Taciana Neto Leme⁶: Possui Bacharelado e Licenciatura em Ciências Biológicas pela Faculdade de Educação USP. Mestrado em Educação pela Faculdade de Educação USP (2003). Especialista em Educação Ambiental pela Faculdade de Saúde Pública da USP, especialista em educação à distância pelo Senac e especialista em Política Pública pela Faculdade Metropolitana de Belo Horizonte. Coordenou no Ministério do Meio Ambiente o Programa Nacional de Capacitação de Gestores e Conselheiros Ambientais Municipais - PNC. Trabalhou no Fundo Nacional do Meio Ambiente coordenando a área de formação e na criação e fortalecimento de fundos socioambientais públicos. Trabalhou no Ministério de Ciência e Tecnologia com os Fundos Setoriais. Atualmente é especialista em recursos hídricos na Agência Nacional de Águas. Tem experiência na área de Educação e Gestão Ambiental Pública, com ênfase em Educação Ambiental e Gestão Ambiental Municipal, atuando principalmente nos seguintes temas: educação ambiental, gestão ambiental, gestão municipal, financiamento ambiental, fundos socioambientais e meio ambiente.

Água: matriz ecopedagógica e cultural:

A palestrante, Vera L. Catalão, solicitou que os participantes da oficina se levantassem e acompanhassem uma sessão de relaxamento e brincadeira.

Justificativa: As crianças estão achando a escola muito chata. E, como pedagoga, ela estimula a brincadeira, pois considera que as pessoas andam levando as coisas muito a sério e se esquecendo da seriedade da brincadeira como estimulante da criatividade e do aprendizado. Segundo as palavras da palestrante: “libera dos cabrestos”. Para ensinar deve se saber brincar.

⁶ Retirada do Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7021072686818042>- acesso em Setembro de 2013

Para ensinar sobre a importância da água para a vida, a palestrante citou, como exemplo, o labirinto que existe no ouvido humano que tem no fundo uma gota líquida, que, interagindo com os ossículos presentes no ouvido, é responsável pela audição. Os participantes massagearam as orelhas, alongaram os joelhos e enfim se prepararam para a dinâmica.

Antes de iniciar a dinâmica, um vídeo foi exibido com a duração de 4:30 minutos, para aumentar a sensibilidade ao elemento água. Nesse vídeo, as fotos tinham a função de simular o ciclo de vida de um rio, desde a sua nascente até a foz, suas secas e cheias, a poluição e destruição em seu caminho. Devia-se esquecer um pouco a ideia de água simplesmente como recurso hídrico (visão comum entre as pessoas que trabalham com gestão) e lembrar de ter carinho e respeito pela água. Que é um elemento diferente que não tem um comportamento previsível, foge dos padrões e é essencial para a vida.

Na sequência, a palestrante presenteou os participantes com o livro “Água e Transdisciplinaridade para uma ecologia de saberes”, um trabalho muito especial, que foi lançado em um seminário realizado em Brasília em 2011. O termo transdisciplinaridade é usado para ir além do domínio da disciplina, que é um domínio acadêmico, que exige um rigor acadêmico. A interdisciplinaridade propõe um diálogo entre as disciplinas, mas ainda se encontra no mundo das disciplinas. Quando se fala em transdisciplinar, o que se quer dizer é que existe conhecimento qualificado fora do mundo acadêmico, nesse tipo de conceito se dá espaço ao conhecimento popular para chegar a uma visão de mundo ligada aos valores, tradições, artes, e isso é muito difícil por se tratar de algo racional. No seminário supracitado, a Água foi discutida de forma transdisciplinar com a participação de políticos, religiosos, cientistas, artistas e o primeiro dia aconteceu no Senado Federal, no mesmo dia em que os estudantes da UnB protestavam contra o Código Florestal. Aqui, se destacou o climatologista Antônio Donato Nobre, que falou sobre os rios voadores e sugeriu que os participantes procurassem a palestra que ele fez nos Encontros TED. Em cada livro haveria um nome indígena referente à água e o participante poderia usá-lo como codinome.

Os participantes foram divididos em três grupos, seguindo a sequência 1, 2, 3. Entendendo-se que os que receberam o número 1 deveriam se juntar aos que também receberam o número 1, os que receberam o número 2 deveriam se juntar aos que também receberam ao número 2 e os que receberam o número 3 deveriam se juntar ao

número 3. A intenção dessa divisão foi a de que os participantes trabalhassem, pois não se tratava de uma palestra convencional.

Três questões foram distribuídas (chamadas de Reflexões Compartilhadas), uma para cada grupo. Elas estão listadas a seguir:

1. O que é a água para você? – Grupo 1
2. Que cuidados precisamos ter com as águas, como usar, como preservar, como recuperar? – Grupo 2
3. Como fazer para mobilizar vontades, evocar sentimentos de pertencimento e ampliar o conhecimento acerca das águas? – Grupo 3

Cada grupo deveria escolher um anfitrião, que após 15 minutos de discussão migraria para o grupo seguinte com as respostas do seu grupo anotadas em tópicos nas tarjetas. A dinâmica foi chamada de “Café com Prosa” e essa interação entre os grupos foi denominada de Rodada de Reflexão e teve por objetivo o enriquecimento das respostas dadas por cada grupo. Os tópicos anotados foram apresentados na plenária que ocorreu após a oficina.

Para finalizar, após Rodada de Reflexão, a palestrante ofertou mais um presente aos participantes, um vídeo de Mercedes Sosa e Beth Carvalho, com a canção *Solo le Pido a Dios*. A palestrante citou uma frase de Gandhi: “Seja você a mudança que deseja para o mundo”. Isso devia ser guardado como um convite para o engajamento no trabalho e na ação, pois manteria a esperança na mudança do mundo. Quando se juntam intenções como na dinâmica, elas se tornam propositivas, as pessoas veem que não estão sozinhas e que muitas pessoas buscam respostas e tentam fazer a diferença, por isso esses encontros são bons e renovam o ânimo dos participantes.

Síntese do Café com Prosa:

- Trabalho de corpo;
- Vídeo apresentando a materialidade simbólica do elemento água;
- Divisão em três grupos:

1º grupo: O que é água para você? – Sentimentos, percepção, pensamentos, imaginação acerca da água.

Respostas: Condutor universal da vida; parte essencial do corpo da Terra e do corpo humano; água é vida e morte em movimento; elemento indispensável à vida; molécula universal; H₂O é vida; viva a água; água é vida, é benção; tira o cansaço e purifica; é matriz da vida; água é sagrada pelo batismo; é música; é poesia; é lágrima de conflito da guerra e da morte; é esperança na nascentes; é símbolo da não violência e da aceitação; para grande parte da humanidade é local de escoamento de dejetos e entulhos; água é purificação; água é união; água é profundidade.

2º grupo: Que cuidados precisamos ter com as águas? Como usar? Como preservar? Como recuperar?

Respostas: Maior sensibilização das pessoas com a relação e a compreensão de onde vem e para onde vai a água que usamos; cada um deve fazer a sua parte; lembrar da utilização tanto em âmbito pessoal quanto empresarial; resgatar o valor da água; não trata-la como recurso e sim como um bem; cuidar da água com amor; sentimento de pertencimento; conhecer o território, conhecer a bacia para poder cuidar (a percepção do entorno); necessidade de mobilização e trabalho de base com informação e conhecimento; participação no planejamento da gestão da bacia; responsabilidade nas embalagens que é tanto do produtor quanto do consumidor; necessidade de resgatar valores (conhecimentos tradicionais); trabalhos de prevenção; contar com órgãos públicos para conscientizar, não somente com ações pontuais; sensibilizar os atores e formadores de opiniões; realizar ações que tragam de volta o valor da água; promover intercâmbio de experiências; diagnóstico de áreas vulneráveis e divulgar amplamente os problemas locais dos rios, mostrar que eles estão presentes no cotidiano e não em um mundo distante; integrar a gestão rural e urbana; estimular a compensação financeira para a produção e o bom uso da água.

3º grupo: Como mobilizar a vontade, evocar o sentimento de pertencimento e ampliar o conhecimento acerca da água?

Respostas: Trabalhar o indivíduo (o ser humano é também formado por água, ele precisa se lembrar disso, ele precisa de água para viver); saber de onde vem e para onde vai a água; a água é vida e não é produto, não é mercadoria; trabalhar nas escolas a

educação ambiental para a gestão das águas; trabalhar problemas e pensar soluções; a motivação para se trabalhar a água pode ser pelo incômodo, choque de informações, fotos e vídeos; usar o ciclo hidrológico e a bacia hidrográfica para sensibilizar; trabalhar a criação da política de gestão das água municipais, modelos locais para chegar a modelos regionais; conhecer o problema local para mobilizar a comunidade; levantar o histórico do território para despertar o sentimento de pertencimento; sensibilizar os atores formadores de opinião; apresentar resultados positivos de outros locais; educação ambiental em todos os níveis junto às comunidades e com participação popular; mostrar a história dos rios (como era antes e como está hoje); conscientização sobre o valor da água (seus usos e problemas); mudança pessoal.

A palestrante, Vera Margarida Lessa Catalão, agradeceu a participação dos integrantes da oficina e explicou como chegou à síntese das respostas apresentadas acima através da releitura das tarjetas que foram repassadas pelos anfitriões (coordenadores de cada grupo). Ela também observou que se houvesse tempo, cada resposta dada às perguntas, renderiam excelentes reflexões.

Informações sobre a palestrante Vera Margarida Lessa Catalão⁷: Mestre em Educação pela Universidade de Brasília (1993), doutora em Ciências da Educação pela Universidade de Paris VIII (2002) - França e pós-doutoramento no Programa de Pós-Graduação da FEUSP (2011) com pesquisa sobre governança da recursos hídricos, aprendizagem social e formação humana para uso sustentável da Água. É professora da Universidade de Brasília atuando no Programa de Pós-graduação em Educação na área de Educação e Ecologia Humana. Tem experiência nas áreas de Educação e Cultura com ênfase em Educação Ambiental e Ecologia Humana, com foco nos seguintes temas: educação ambiental, ecopedagogia da água, educação indígena, cultura e arte-educação. Desenvolve pesquisa sobre metodologias em Educação Ambiental e Ecologia Humana com ênfase na abordagem complexa e transdisciplinar de temas ambientais, especialmente sobre a ecopedagogia da água e seu universo simbólico. Participa do Comitê científico do Laboratório da Complexidade do CDs-UnB, do *Groupe de Recherche en Ecoformation* (GREF) da Universidade de Paris VIII e Universidade *François Rabelais de Tour*, do Centro de Estudo Transdisciplinar da Água - CET-Água onde desenvolve pesquisas sobre transdisciplinaridade, formação humana e aprendizagem social para uso sustentável da Água. Na linha de pesquisa em Educação Ambiental do Programa de Pós-graduação em Educação da UnB coordena o grupo de pesquisa, ensino e extensão Água como matriz ecopedagógica.

4- Café com Cultura

Durante o *coffe break* os participantes foram brindados com o lançamento do livro “Água e mudanças climáticas: tecnologias sociais e ação comunitária” com o Prof.

⁷ Retirada do *Curriculum Lattes*: <http://lattes.cnpq.br/9609568912611748> - acesso em Setembro de 2013.

Milton Nogueira, que falou algumas palavras sobre a construção do livro e dos temas abordados.

5- Círculo em Diálogo: “Na Terceira Margem do Rio: o papel da educação e processos de aprendizagem na relação com a água”

Os participantes das oficinas foram convidados a participar do Círculo em Diálogo, com a palestra do Prof. PhD. Marcos Sorrentino, professor da Universidade de São Paulo (USP). O palestrante começou com um cumprimento ao público e questionou o que seria a “Terceira Margem do Rio” para a gestão de recursos hídricos e qual seria o papel da educação nessa gestão. Fez referências ao que foi apresentado anteriormente na Dinâmica em Grupos, nos Eixos temáticos e também na Fala de Contexto apresentada pelo Idealizador/fundador do Projeto Manuelzão – Apolo Heringer Lisboa (CBH Velhas), esclarecendo que várias respostas já foram dadas para as questões levantadas, mas ainda existem lacunas a ser preenchidas. Ele se propôs a apontar algumas dessas lacunas.

A sistematização das respostas dadas pode apontar para um processo educador ambientalista pactuado entre os comitês de bacias presentes, processo esse que pode vir a ser implantado. Porém, as lacunas devem ser repensadas para que haja um aprimoramento a capacidade de intervenção como educadores comprometidos com a sustentabilidade socioeconômica ambiental. Como construir um processo de educadores que tenha efetividade capaz de impactar sete bilhões de humanos ou duzentos milhões de brasileiros? Como fazer para que as pessoas se identifiquem com esses educadores? São alguns dos questionamentos levantados.

Citou a felicidade da reflexão de Apolo Heringer a respeito dos comitês de bacias hidrográficas sobre o vazio que cai sobre os mesmos após suas expectativas serem frustradas. Lembrou-se do otimismo que ocorreu quando se instalaram os primeiros conselhos ambientais na década de 80, símbolos de uma democracia com participação. Isso não ocorreu, o exemplo dado foi o Conselho Estadual do Meio Ambiente de São Paulo que aprovou a regulamentação da lei de educação ambiental e ignorou a contribuição que a sociedade elaborou por mais de cinco anos. Os conselhos, de forma geral, não conseguem cumprir com o que prometem e isso tira o entusiasmo.

Nos últimos dez anos (no governo Lula e Dilma), ocorreram várias conferências nacionais de meio ambiente, mas o que foi deliberado não foi implementado. Não há demérito, há que se cumprimentar o avanço do diálogo no espaço coletivo, mas isso não atende a radicalidade que as demandas ambientais exigem. Essa radicalidade de mudança precisa que se pense no processo educador com outra qualidade, com outra profundidade e aí se enfatiza outra coisa, quando o CTEM foi criado e várias pessoas queriam que ela tivesse um nome grande capacitação, mobilização e na opinião dele deveria se resumir tudo à educação. Atualmente, ele assumiu que estava equivocado, pois os processos educadores ambientais estão intimamente ligados à capacitação, à divulgação, à informação e raramente estão ligados à educação.

Inclusive, ele detectou a sequência, anteriormente citada no presente encontro. Isso aconteceu porque, apesar das pessoas se dizerem seguidoras da Pedagogia Freiriana (adeptas do Paulo Freire), optavam na hora de estruturar processos educadores por se ater aos temas que seriam abordados com o objetivo de atingir a “plebe ignorante”, em última análise isso pauta boa parte dos processos dentro das universidades e em estâncias de foro que promovem processos educadores. Enfatizou que os temas apresentados devem ser trabalhados, mas não podem ser, pois o processo educador é delimitado ao conteúdo que tem importância para ser transmitido e buscam-se as técnicas mais adequadas para transmitir esse conteúdo (educação à distância, dinâmicas de grupo, entre outras) que deve ser transmitido à população. A importância dos comitês de bacia hidrográfica, os usos da água são questões importantes, porém, se limitam a transmissão de conteúdo a serem repassados na contramão do que Paulo Freire falava.

O processo educador exige alguns pré-requisitos: o diálogo com todos e com cada um dos envolvidos no processo educador (parabenizou os organizadores do evento por saírem do lugar comum, tornaram cada um dos participantes protagonistas do evento) para isso é preciso provocar as pessoas a trazerem os seus sonhos, socializar e pactuar nessa caminhada pela realização desses sonhos [Árvore dos sonhos – Roda Viva (ONG do Morro do Borel - RJ)]; comunicação dialógica (indicou o filme “Hannah Arendt” e o livro “Sobre a Tagarelice” - Plutarco) - ouvir por inteiro o que o outro quer dizer, saber escutar, aulas de escutatória parafraseando Rubem Alves. Afirmou que até nos cursos à distância esse processo dialógico é possível e citou mais algumas referências que mostravam a importância do diálogo para promover mudanças.

O grande desafio que os comitês de bacia teriam de enfrentar é o desafio das mudanças climáticas, é o desafio dos desastres naturais, dos riscos socioambientais, não só do que eles têm de mais aparente, mas do que eles têm de mais aterrorizante, que é o medo. O medo do futuro roubado, de um não futuro, relacionada à possibilidade do mundo acabar. O sistema perito leva a uma insegurança permanente. Brincou com os participantes, questionando a existência de chumbo no pigmento das canecas distribuídas nos kits: “Agora vocês vão pensar duas vezes antes de tomar água?”.

Segundo requisito importante: a estimulação do diálogo deve se preocupar em não se tornar refém do medo cotidiano. Citou como exemplo os cinco conceitos em que chegaram ao laboratório em que ele trabalha na USP:

- Comunidade;
- Diálogo;
- Identidade;
- Potência de ação;
- Felicidade.

Assim, com esses conceitos se obtém um conjunto de referências para estruturar o processo educador comprometido com as transformações radicais que devem ser implementadas e promovidas. Os comitês de bacia e todos os órgãos relacionados com a gestão tem papel essencial nessas transformações. Para isso, deve-se contar com projetos pedagógicos bem fundamentados e territorializados, construídos participativamente com os habitantes; deve-se ainda criar coletivos educadores capazes de promover a capilaridade em todo tecido social. A escola e o poder público devem participar da criação desses mecanismos.

É importante o diálogo com os sistemas educacionais estaduais e municipais, as universidades também devem ser incluídas nesse processo educador e também os órgãos ambientais.

Após esse encerramento, seria aberta uma nova sessão de Círculo de Diálogos com assuntos à parte do Encontro. Porém, devido à hora avançada, a coordenação, em acordo com os participantes, transferiu o Círculo para o dia seguinte (quarta-feira, 28 de setembro) às 13h30min.

Informações sobre o palestrante Marcos Sorrentino⁸: Possui graduação em Biologia (1981) e Pedagogia (1984) e mestrado em Educação (1988) pela Universidade Federal de São Carlos. Doutorado em Educação (1995) e pós-doutorados no Departamento de Psicologia Social da Universidade de São Paulo e no Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, onde também foi pesquisador colaborador. Foi Diretor de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente de abril de 2003 a junho de 2008. Tem experiência na área de Educação, com ênfase nos seguintes temas: educação ambiental, políticas públicas e planejamento de futuro na direção de sociedades sustentáveis. Participa, desde os anos 70, de entidades ambientalistas, de cidadania e de educação ambiental. De 1985 a 1988 foi docente no Departamento de Educação na UNESP, campus de Assis. Desde 1988, no Departamento de Ciências Florestais da ESALQ/USP, atualmente como professor livre-docente, coordena o Laboratório de Educação e Política Ambiental (Oca).

⁸ Retirada do *Curriculum Lattes*: <http://lattes.cnpq.br/1555965032742989> - acesso em Setembro de 2013.

3º DIA: PRÁXIS: ELEMENTOS TEÓRICOS PARA ENRIQUECER A PRÁTICA

28 de agosto de 2013 – quarta-feira

1- Eixos Temáticos de Formação e Planejamento e Sessão de Painéis de Experiências Emblemáticas voltadas para a Gestão de Águas

Os Eixos Temáticos foram realizados no período da manhã da quarta-feira, sendo subdivididos em salas e a Sessão de Painéis ocorreu no auditório simultaneamente. Os participantes se subdividiram a partir do interesse particular.

Experiências e desafios de Câmaras Técnicas e/ou Grupos de Trabalho e Educação Ambiental em Comitês de Bacia Hidrográfica e Conselhos de Recursos Hídricos

A oficina foi conduzida pela palestrante Maria Luísa Bonazzi Palmieri, atual Coordenadora da Câmara Técnica de educação Ambiental (CT-EA) dos Comitês dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ). Maria iniciou a mesa questionando se os participantes faziam parte de algum Conselho, e dizendo que os que não participavam de algum Comitê deveria refletir sobre quais são os caminhos para aprimorar o conhecimento da Educação Ambiental (EA). Nesta etapa foi entregue uma ficha para que os participantes preenchessem conforme apresentado abaixo (Fig. 8).

Figura 8- Ficha de identificação e classificação dos participantes da oficina.

1. Dados do respondente:

Nome do representante:

E-mail:

Comitê de Bacia/Conselho que participa:

2. No Comitê de Bacia/Conselho que você participa há algum espaço específico de educação ambiental?

☐ Sim ☐ Não

Em caso positivo, responda as questões 3 e 4. Em caso negativo, responda a questão 5.

3. Qual é esse espaço?

☐ Câmara Técnica ☐ Grupo Técnico ☐ Outro: _____

4. Quando este espaço (CT/GT...) foi criado? _____

5. Você considera que a criação de um espaço específico para a educação ambiental fortaleceria a educação ambiental no Comitê de Bacia/Conselho do qual você participa?

☐ Sim ☐ Não

6. Você considera que a EA é bem compreendida pelos demais membros do CBH/Conselho do qual participa?

☐ Sim ☐ Não

Os dados fornecidos pela palestrante foram compilados e resultaram em um perfil dos participantes conforme mostrado abaixo:

- Havia 34 participantes de 8 estados diferentes (SP, MG, TO, ES, RS, DF, RJ, MT);
- Aproximadamente metade afirmou participar de CBH/Conselho que possui espaço específico de EA (apenas 4 afirmaram não ser de CT, mas de GT) e todos os que participam de CBHs/Conselhos que não o possuem consideram que a criação de tal espaço fortaleceria a EA nos mesmos;
- A maior parte do(a)s CTs/GTs foi criada entre 2010-2011 (7), 2 em 2004 e um(a) por ano em 1996, 2003, 2005, 2008 e 2012;
- Aproximadamente metade considera que a EA é bem compreendida pelos demais membros do CBH/Conselho do qual participa.

Em seguida Maria Luisa apresentou o objetivo geral da oficina que era propiciar o diagnóstico, a reflexão e o planejamento relativos as câmaras técnicas de educação ambiental dos CBHs/Conselhos de Recursos Hídricos e os objetivos específicos tais como: propiciar uma discussão sobre as vantagens e desvantagens da criação de um(a) CT/GT de educação ambiental nos CBHs/Conselhos que os integrantes da oficina participam; diagnosticar as linhas de ação, conquistas, desafios, lições aprendidas e ações em planejamento/desenvolvimento no(a)s CTs/GTs de EA dos CBHs/Conselhos de Recursos Hídricos; planejar ações de educação ambiental que podem ser desenvolvidas no(a)s CBHs/Conselhos/grupos.

No momento seguinte a palestrante explicou a metodologia que seria utilizada no trabalho em grupo que seria desenvolvido a seguir, com o objetivo de levantar propostas para depois apresentar os trabalhos dos grupos, finalizando com uma apresentação da experiência do CT do CBH-PCJ.

A oficina seguiu com a reapresentação da palestrante seguida da apresentação dos participantes, em seguida houve uma divisão dos participantes de acordo com os seguintes critérios:

- 1) CBH e Conselhos com CTs/GTs de EA com menos de 1 ano
- 2) CBH e Conselhos com CTs/GTs de EA com mais de 1 ano
- 3) CBH que não possuíam CTs/GTs

Inicialmente seriam 3 grupos no entanto não existiam participantes da primeira classe, logo formaram-se 4 grupos, sendo 2 da segunda classe e 2 da terceira classe. Os grupos discutiram sobre o que é feito de EA nos CBHs onde estes atuam, as vantagens e desvantagens da EA se possuir CTs/GTs nas CBHs, as linhas de ação desenvolvidas, os desafios enfrentados, conquistas, lições aprendidas e novas ações de EA. O resultado desse trabalho foi apresentado na plenária após a finalização da palestra.

Figura 9 - Dinâmica de grupo da oficina.



Maria Luisa deu seguimento à oficina e acrescentou que o objetivo da atividade não era esgotar o tema, pois levaria muito tempo sendo o intuito da mesma apenas realizar um exercício, começar a conhecer, trocar experiências, pensar sobre as CTs, planejar novas ações.

De acordo com a palestrante as discussões para a criação da CT no CBH- PCJ iniciaram em 1999 e apenas em 2003 que esta foi realmente criada sendo que em 2004 foi criada a Política e o Programa de EA no PCJ. Dessa forma os princípios dessa política vem no sentido de trazer uma EA formadora, crítica e que trouxesse uma compreensão integrada do meio ambiente, focando sempre na questão dos recursos hídricos.

Maria Luisa ressaltou que são muitos os desafios para se chegar a essa EA, uma educação ambiental moderna que não é uma simples transmissão de informações e seguiu apresentando a estrutura dos Comitês do PCJ, que são 3: um mineiro, um paulista e um federal, e estes funcionam como um grande colegiado, onde todas as reuniões são conjuntas, além de existir o plenário, a diretoria, a Agência que funciona como secretaria executiva e a CT-EA ressaltando a importância da articulação com outras câmaras sendo possível assim articular com os outros coordenadores.

A CT-EA do BH-PCJ possui 57 instituições, isso antes da última reunião pois nessa houve a agregação de mais instituições se caracterizando como uma Câmara bem grande e aberta, ou seja, qualquer pessoa que quiser participar necessita apenas de enviar um ofício e a ficha, a qual seguirá para aprovação da Câmara que não é paritária.

A palestrante ainda apresentou a equipe de coordenação que é formada por coordenadora uma coordenadora (IF/SMA), no caso a palestrante, uma coordenadora adjunta, Dora, que coordena uma ONG, Associação dos Atrativos de Salto e um secretário de uma Diretoria de Ensino da região e demonstra como é feita a comunicação entre estes entes tais como: reuniões bimestrais, reuniões dos GT e comunicação via e-mail.

O CBH-PCJ atua na análise de projetos do FEHIDRO, da cobrança, e existe uma ficha de análise criada em 2010 e disponível no site do CBH-PCJ (<http://www.comitespcj.org.br>), onde é possível inserir critérios na avaliação desses projetos. A palestrante ressalta que dos 42 projetos apresentados, 62% foram aprovados, o que demonstra que há projetos mal escritos e que a Câmara está tentando não permitir que passem projetos que não tem a ver com o Plano de Bacia e com a política de EA da Câmara.

Palmieri apresentou brevemente uma experiência com uma oficina de elaboração de projeto de uma forma muito participativa onde ao invés de apenas dizer como deve ser, foi trabalhado em grupo no qual estes contavam o que achavam que deveria ter na EA e foi montada uma ficha de critérios e o mesmo foi feito no que diz respeito ao passo-a-passo do projeto, como se fosse um estudo de caso, onde foi entregue um projeto com erros e cada grupo trabalhou com uma parte do projeto, como: justificativa, objetivos, ações e eles puderam notar os problemas e cada grupo compartilhava o que havia discutido.

Assim não foi possível verificar a efetividade da oficina descrita, pois em 2012 houve algumas mudanças nas regras do Comitê e a EA não foi prioridade sendo que nenhum projeto de EA foi aprovado como demanda espontânea, ou seja, onde as instituições apresentam o projeto. Em 2013 existem ações para tentar reverter essa situação para que no próximo edital a EA possa ser contemplada.

Outra linha de ação apresentada por Maria Luisa foi a EA no Licenciamento Ambiental onde são requisitados a mais de 30 empreendedores programas de EA e ainda que o mesmo seja aprovado pela CT-EA e há uma discussão em pauta na Câmara no que diz respeito a criação de uma deliberação colocando as orientações aos empreendedores para que eles tenham diretrizes para seguir ao criar os programas de EA.

Outro trabalho desenvolvido foi a aproximação da CT-EA com as Diretorias de Ensino que só foi possível porque houve o diálogo interbacia que acontece em um evento em São Paulo e que é muito importante para unir diretorias e atualmente os representantes das diretorias de ensino são membros da CT-EA.

Plano de trabalho de EA e sua metodologia, linha de ação, o título da ação, a linha de trabalho, a justificativa, o subprograma do Plano que ela se encaixa, as ações, os produtos e os prazos, são os tópicos norteadores da CT sendo isso construído com a Câmara e o que é privilegiado nesse plano são os Grupos de Trabalho (GTs) pois a CT-EA do CBH-PCJ é grande, logo dividiu-se em 6 GTs e cada um trabalha questões específicas.

A palestrante finalizou a oficina apresentando as principais linhas de atuação, conquistas, lições aprendidas, desafios e ações planejadas durante os 10 anos de existência da CT-EA do CBH-PCJ e acrescenta após a aceitação dos participantes algumas dessas atividades aos quadros montados pelos grupos, e ainda o resultado desse trabalho conjunto foi apresentado em um momento seguinte na plenária, juntamente as outras oficinas.

Resultados apresentados na plenária:

- Apresentação dos participantes;
- Apresentação dos objetivos e da estrutura da oficina;
- Trabalhos em grupos
- Socialização dos trabalhos dos grupos;

- Apresentação “Os 10 anos da CT-EA dos Comitês PCJ: principais linhas de ação, conquistas, lições aprendidas, desafios e ações em planejamento/desenvolvimento”;
- Sistematização e discussão dos resultados

Os resultados apresentados pela palestrante na plenária foram:

- 1) EA nos CBHs/Conselhos que não possuem CT/GT de EA: caminhada ecológica, gincana ecológica (limpeza das praias), limpeza do corpo d'água, expedição ao longo da bacia, publicação, oficinas educativas, recuperação da vegetação e também que não há ações de EA nos conselhos e comitês. Uma outra resposta unânime foi que as ações de EA são desenvolvidas isoladamente, não são realizadas ações integradas nos conselhos e comitês.
- 2) Vantagens e desvantagens de um(a) CT/GT de EA (pergunta para os CBHs/Conselhos que não possuem CT/GT de EA): Os grupos concluíram que não há desvantagens e que as vantagens são a continuidade das ações de EA; sistematização de ações de EA; planejamento e otimização das ações de EA.
- 3) Principais linhas de ação do(a)s CTs/GTs de EA nos CBHs/Conselhos de Recursos Hídricos: qualificação e mobilização para a capacitação dos membros das CBHs e CTs/GTs de EA; produção de publicações sobre os planos de bacia para apoiar a disseminação do conhecimento; EA no licenciamento ambiental; contribuições na elaboração e revisão dos Planos das Bacias; análise de projetos; monitoramento e avaliação das ações de EA na bacia; desenvolvimento de produtos educacionais; interação com escolas e comunidades (associações comunitárias); organização social e parcerias com escolas, comunidades e universidades para desenvolver a EA.
- 4) Principais desafios e lições aprendidas: encontrar membros dispostos a compor a CT (CBHs sem CT/GT); ter metas claras; obter recursos financeiros para a EA; superar problemas burocráticos para acesso a recursos; implementar uma política local/regional de EA; sensibilizar os membros dos CBHs e a comunidade; aproximar a CT-EA das Diretorias de Ensino e demais órgãos públicos; integrar a CT-EA com as demais instâncias dos CBHs (principalmente com a Secretaria Executiva e demais CTs);

5) Principais desafios e lições aprendidas: utilizar linguagem e meios de comunicação adequados nas ações de EA; estabelecer parcerias com a área da educação/professores e universidades; dar transparência ao processo de gestão e realização de projetos; promover a participação dos CBHs (inclusive das CTs/GTs de EA) na análise de empreendimentos em licenciamento ambiental, propondo diretrizes para programas de EA a serem executados por instituições com conhecimentos e experiências na área; desenvolver um plano de trabalho anual.

Saberes Indígenas e Interculturallidade na Gestão de Águas

Mediadores: Ricardo Burg Mlynarz e Thiago Fiorott – FUNAI e CTI/CBH Doce

Inicialmente, a sala se configurou em um grande círculo para facilitar o debate e Thiago Fiorotti (indigenista e coordenador da Funai nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo) se apresentou e definiu que a dinâmica da oficina será um diálogo com todos os participantes e em especial dar oportunidade às comunidades indígenas representadas de expor sua relação com a água nas suas aldeias e na sua cultura. Na sequência, todos os participantes se apresentaram, sendo que o primeiro foi Ricardo Burg Mlynarz, representante da FUNAI Brasília.

Ocorreu uma contextualização a participação da comunidade indígena nesse encontro e no comitê de bacia CBH Doce, a FUNAI tem um assento no comitê de bacia do Doce, há dois anos quando o comitê estava se recompondo, a FUNAI resolveu participar e tentou entender como se dá a gestão das águas nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, dois indígenas são conselheiros, no entanto, a participação indígena não trouxe o retorno esperado. Por isso ocorreu a introdução de mais membros nesse espaço de gestão e educação ambiental, com o objetivo de promover um intercâmbio de culturas e mostrar a relação dos indígenas com as águas. Existe também a intenção de acabar com estereótipos, pois há uma imagem romântica a respeito da relação dos indígenas com a natureza e pretende-se, com isso, oferecer condições para que eles recebam e participem das políticas públicas.

Em 2012, foi instituída a Política Nacional de Gestão Ambiental em Terras Indígenas – PNGATI através de um Decreto – é um marco legal. No capítulo II no Artigo 4º existem sete eixos delimitados sobre como abordar a gestão territorial nas

terras indígenas. Abaixo, citam-se trechos importantes para a discussão na oficina retirados desse Decreto:

II - eixo 2 - governança e participação indígena:

c) promover o monitoramento da qualidade da água das terras indígenas, assegurada a participação dos povos indígenas e o seu acesso a informações a respeito dos resultados do monitoramento;

d) apoiar a participação indígena nos comitês e subcomitês de bacias hidrográficas e promover a criação de novos comitês em regiões hidrográficas essenciais aos povos indígenas;

Então se pode considerar que esse é um Decreto que pauta sobre a governança indígena em relação à água.

Desafio: Que mecanismos devem-se encontrar para promoção desse diálogo intercultural? Tentar entender como os indígenas fazem para gerir seus recursos naturais.

Sabe-se que 13% do território nacional é indígena, porém sem plena posse em decorrência de invasões. Ainda assim os recursos naturais que existem nas terras indígenas estão mais bem conservados do que nas terras não indígenas.

O que se observa é que a gestão das águas está pautada em pareceres técnicos nos comitês, precisa ocorrer um equilíbrio de conhecimentos, uma integração de saberes e não a sobreposição de um saber sobre o outro.

O mapa da Bacia do Rio Doce foi apresentado e a ocupação indígena no percurso da bacia foi comentada. Ele se encontra no endereço: http://www.riodoce.cbh.gov.br/bacia_mapas.asp.

Foi aberta a sessão de depoimentos dos indígenas presentes na oficina, a sala estava configurada em um grande círculo.

Figura 10 - Oficina de saberes indígenas e interculturalidade na gestão de águas.



1º Etnia – Krenak: Afirma que na sua região não se acha mais caça e pesca nas margens dos rios devido à má conservação e poluição. O indígena nunca teve o hábito de acumular, por isso chegou a ser chamado de preguiçoso (economia de subsistência). As áreas de coleta, caça e pesca são restritas, a qualidade da água é ruim, isso quando ela não é escassa. Relata que a área que foi delimitada para seu povo era totalmente desmatada e que hoje em dia, após uma recuperação natural, a natureza já voltou a ocupar o seu lugar e a caça está voltando. Quanto à pesca, afirma que a represa instalada próxima não permite que os peixes endêmicos da área cheguem até a reserva, o consórcio responsável pela represa tentou resolver o problema colocando espécies exóticas, porém ele diz que os indígenas não gostam, pois as mesmas têm gosto ruim. A água é sagrada (o rio é a mãe água), para ele traz a vida e traz a morte. Alguns rituais não podem mais ser feitos por causa da poluição, por isso a aldeia tem consumido água de mina retirada das nascentes que estão no seu território (essas nascentes estão sendo cercadas e recuperadas).

Após esse depoimento, entra em questão o que se deve fazer para trazer os produtores rurais para os comitês. Ela é deixada de lado, pois não se trata do assunto da oficina.

O governo de Minas Gerais resolveu há alguns anos retirar os indígenas de suas terras de origem e realocou povos da mesma etnia em áreas diferentes, o povo Krenak foi um desses povos. Aqui se dá um destaque para a Fazenda Guarani, local aonde se reuniu várias etnias do país, independente das diferenças culturais existentes entre elas. Na atual política de demarcação, devem - se identificar os territórios tradicionais, de acordo com o Artigo 231 da Constituição Brasileira de 1988, enunciado abaixo:

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

2º Etnia – Tupiniquim: Tem certas coisas sobre o povo indígena que o branco não pode saber. Um pajé não pode benzer um branco, pois não sabe o mal que ele cometeu. Tradições e costumes que são guardados somente para eles. A água tem um significado muito grande, porque é fonte de vida para todos os seres vivos. Quando as indígenas menstruavam pela primeira vez, ficavam 2 horas dentro do rio para que a água trouxesse fertilidade, bons partos, esse ritual não pode ser realizado mais, por causa da poluição. Os indígenas crianças nadam em grandes profundidades desde cedo e quando adultos são selecionados como guarda – vidas nas praias da região em que fica localizada a aldeia. Eles estão plantando 70 hectares de mata nativa, com o intuito de promover a conservação no futuro. Concordaram com a opinião anteriormente dada sobre o não acúmulo e a economia de subsistência. Houve uma reclamação sobre a poluição que chega de áreas no entorno da aldeia e que mata os indígenas; os peixes. Estudos na área da educação mostram que vários canais e córregos que existiam na região da Aldeia Córrego D' Ouro secaram ou desapareceram devido ao assoreamento. O conhecimento milenar de quando chover, de quando plantar faz parte da cultura indígena. A pesca está relacionada ao modo de vida indígena desde tempos remotos. Eles têm medo da erosão sócio cultural que pode vir a atingir o seu povo e também tem consciência de que podem transmitir muita sabedoria sobre a preservação do meio ambiente. Em outra intervenção, afirmou-se que os rios que chegam à terra indígena estão poluídos pelo esgoto das cidades, sem contar que uma empresa de resíduos se instalou próxima a aldeia e libera chorume e um mau cheiro insuportáveis. Admitem que não tem o conhecimento técnico necessário para discutir resultados de ensaios referentes à qualidade da água, do ar. Querem ser parceiros para ajudar a preservar o ambiente.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1945, Declaração da ONU sobre os Direitos Indígenas de 2007, entre outros foram citadas como dispositivos para a proteção, apoio das causas indígenas.

3º Etnia – Guarani: Expôs a existência de um Penicão (ETE) dentro da aldeia, que causa grande desconforto devido ao mau cheiro, esse esgoto vem da cidade de Aracruz e é disposto a céu aberto. Os indígenas reclamaram que isso pode trazer transtornos à saúde, além de trazer situações embaraçosas diante aos visitantes da aldeia. Existe um processo na justiça exigindo que providências sejam tomadas a respeito dessa situação.

4º Etnia – Pataxó: Contaram um pouco da história do povo Pataxó (lendas, celebrações, rituais) para situar a relação que tem com a água, relação essa que passa de pai para filho há gerações. Um destaque foi dado à Festa das Águas que é um preparo para o período chuvoso, as crianças são batizadas nessa ocasião, é um ritual de agradecimento, a celebração da fatura que vem com as águas. O respeito com a natureza é passada para as crianças, tempo certo para a caça, para o plantio. O encontro foi considerado importantíssimo, pois se constituiu em uma possibilidade de contar suas histórias e tradições. A preocupação maior se reflete na chegada de uma mineradora na região da aldeia Fazenda Guarani (Carmésia, MG), que vai explorar 40% da água disponível. Uma estrada passa no meio da aldeia e isso também foi um motivo de reclamação, pois tirou a privacidade da comunidade indígena. Existem pataxós em outras regiões (Acuçena, Araçuaí, Guanhões). Chegaram à Fazenda Guarani na década de 70 e atualmente são quase 300 indígenas nesse local. Quando as famílias pataxós crescem demais elas se desmembram e migram para outros locais. Diz a lenda que o Pataxó surgiu da água, após uma chuva, na última gota surgiu um índio. Como não podia viver sozinho, ele pediu a Tupã (Deus Indígena), em um ritual, que mandasse mais índios à Terra e assim surgiu o povo Pataxó.

Na sequência foi aberta uma sessão de questionamentos aos indígenas: participação nos comitês de bacia, efetividade dessa participação, se esses representantes são somente de uma etnia? Atualmente, a FUNAI tem uma cadeira no Comitê de Bacias do Rio Doce, instituída por lei, no entanto nos subcomitês isso não acontece. Essa questão também é discutida. Uma proposta é que se amplie a participação indígena a partir de criação de 2 vagas (vagas com titular e suplente), pelo menos, nos subcomitês com o objetivo de englobar pelo menos as quatro etnias representadas na oficina. Há também a sugestão de que essa ampliação ocorra em outros comitês e não somente no Doce,

através da criação de uma Lei Federal. Não se chegou a um consenso se os indígenas podem ocupar os assentos da representação civil e não somente o da FUNAI. Como resolver esses problemas encontrados nos territórios indígenas na Bacia do Rio Doce. Entre outras.

Na Lei Federal 9433/1997 no seu Capítulo III Dos Comitês de Bacia Hidrográfica se encontra no artigo 39, o inciso citado abaixo:

§ 3º Nos Comitês de Bacia Hidrográfica de bacias cujos territórios abranjam terras indígenas devem ser incluídos representantes:

I - da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, como parte da representação da União;

II - das comunidades indígenas ali residentes ou com interesses na bacia.

São vagas cativas, no entanto devem-se criar estratégias para garantir a efetiva ocupação da cadeira dos indígenas nos comitês. Já para a ocupação nos subcomitês, deve-se considerar, por enquanto, legislação específicas de cada estado, já que não há nada referente na legislação federal que atinja essa questão.

Para a apresentação na plenária, foram escolhidos representantes indígenas e representantes não indígenas.

Resultados apresentados na plenária:

Figura 11 - Apresentação dos resultados da oficina de saberes indígenas e interculturalidade na gestão de águas.



1. A lenda do surgimento do povo Pataxó foi contada, pelo representante Pataxó. Que explicita a relação íntima que o índio Pataxó tem com a água. Explica o porquê da existência da Festa das Águas, celebração da água, garantia de colheita farta.
2. Outro representante indígena parabenizou o encontro, pois o considerou uma atitude indígena. A água também é considerada vida, observou que a reconstituição das florestas também deveria ser discutida, pois elas são essenciais para a preservação da qualidade da água.
3. A questão indígena é muito forte, segundo a primeira representante não indígena. Ela citou a tristeza que sente ao saber que as etnias têm sofrido e morrido graças à ação de uma caneta. Segundo ela, existe muito a aprender com os indígenas, eles devem ser parte ativa com comitês de bacia, devem obter o poder de decisão. A voz ativa deles é muito importante, pois já sabem respeitar a água e a Terra.
4. A segunda representante mostrou o choque com as condições em que vivem as etnias representadas no encontro, consideradas sub-humanas. Considerou que eles devem ser escutados de fato.
5. O terceiro representante estava emocionado por ser descendente de indígenas e considerou que a ocupação efetiva dos indígenas nos comitês de bacia, essa ocupação deve sair do papel. Ele percebeu que essa ocupação nos comitês é um problema nacional e deve ser resolvido. Sugeriu que em um próximo encontro sobre Bacias Hidrográficas deveria existir uma mesa só para debater essa questão. Indicou que sempre que ocorre o apoio aos indígenas no Mato Grosso do Sul, seu estado de origem, são ameaçados com violência pelos grandes agricultores da região.
6. Uma senhora na plateia sugeriu que deveríamos aprender a educação ambiental com os indígenas, pois desaprendemos a ter esse contato com a natureza.
7. Thiago Fiorott considerou que os itens apresentados resumem bem o que foi discutido na oficina.

Informações sobre o palestrante Thiago Fiorott⁹: Cirurgião Dentista formado pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), especialista em Atenção Primária à Saúde e Gestão Pública Municipal,

⁹ Retirada do *Curriculum Lattes*: <http://lattes.cnpq.br/5290316630691478> - acesso em Setembro de 2013.

especializando em Gestão em Saúde pela UFES. Atuação na Estratégia Saúde da Família de 2004 a 2010 - Atenção e Gestão. Atualmente, Indigenista Especializado pertencente ao quadro efetivo da FUNAI/MG e ES. Dedicção ao estudo das Políticas Públicas de Saúde e Meio Ambiente; das Políticas Indigenistas e suas questões Sociais e Territoriais; ao estudo do Desenvolvimento Sustentável; das Políticas de Atenção ao uso do Álcool e outras drogas. Atuação na implementação de Projetos intersetoriais junto as Aldeias Indígenas, com foco na sustentabilidade. Participação em conselhos de gestão compartilhada nas áreas de saúde, meio ambiente e recursos hídricos.

Mídias livres e Ciberativismo: Desafios e possibilidades de comunicação e participação em rede na era digital

A mesa foi composta por três membros, Livia Portela, Antônio Netto e Jean Martins, os dois primeiros representantes do Coletivo Nos Ambiente e os três integrantes do Coletivo Fora do Eixo.

A abertura foi feita pelo integrante Jean introduzindo as propostas de trabalho e como seria a metodologia de discussão. A primeira proposta foi a de debater como os participantes entendem a comunicação e o ciberativismo e o que buscam ao fazer parte desta mesa de discussão. Neste primeiro momento os participantes questionaram a existência de uma linha de separação entre a comunicação e participação web e ciberativismo, citando como exemplo a participação em correntes de e-mails de ONG's ativistas. Além de deixar claro a intenção de aprender a utilizar as redes sociais como comunicação externa entre as instituições e a população, e questionar a formação e divulgação do conteúdo pela rede. Questionou-se também a adequação do conteúdo aos diversos públicos alvos, o "biomapa", tornando o conteúdo técnico e teórico mais acessível. A maior dificuldade relatada pelos participantes é a falta de acesso às mídias sociais digitais pela população de determinadas bacias, e questiona como a comunicação alcança esse público.

Livia abordou a possibilidade da pessoa que possui acesso à internet assumir o papel de multiplicador e "viralizar", proliferar, as informações trocadas. Antônio ressaltou o grande número de acessos no Brasil, inclusive em regiões do interior do país, e ressalta o potencial da internet em conectar pessoas geograficamente afastadas, exemplificando como o aplicativo "Hangout" da empresa Google que permite videoconferências com uma maior facilidade.

Netto explicou a forma memética de difusão de conteúdo, que se baseia em criar pequenos trechos de informação, associadas a uma imagem e utilizando-se de humor, para que ocorra uma aceitação e dispersão mais rápida, nomeada como “meme”.

Jean ressaltou que a partir das falas dos participantes, grande parte das dinâmicas e potencialidades da internet foram sintetizadas, como por exemplo a mudança significativa na forma de se comunicar, principalmente devido à introdução da possibilidade de interação, gerar informações e compartilhá-las em curto tempo, o que leva ao outro ponto que Jean relatou, a articulação, a partir do momento que se utiliza uma rede social como interface para encurtamento de distância e rompimento das barreiras do território permite uma articulação mais eficaz e mais veloz, principalmente como ferramenta de mobilização social.

As consequências da aproximação gerada pela internet já podem ser observadas, segundo Jean, nos movimentos jovens, expandindo e possibilitando a formação de grupos em âmbitos nacionais e internacionais a partir do interesse real, não somente ligado ao território. As ferramentas virtuais já se tornaram orgânicas para os jovens, ou seja, já possuem familiaridades com os instrumentos, e buscam as informações nas fontes que mais lhe interessam.

Jean ressaltou o grande acesso à internet dos jovens no meio urbano, exemplificando pela quantidade de acesso nas favelas cariocas, o que difere da realidade de algumas bacias hidrográficas. Lívia expôs a questão dos jovens se tornarem difusores e geradores de informação, retirando o foco das grandes mídias que editam e possuem uma visão parcial.

Ainda discutindo a questão das mídias, Lívia expôs que na internet o usuário tem a possibilidade de escolher a fonte de onde absorverá os dados, ao contrário das fontes baseadas na TV e jornais impressos.

Os participantes levantaram a questão da qualidade da informação disponível e compartilhada, onde a fonte e a credibilidade são duvidáveis. Jean respondeu com base nos eventos de junho de 2013, onde vários participantes e manifestantes geraram conteúdo em grande escala, ocorrendo a “disputa memética”, efeito de seleção e dispersão de informações devido a fonte, qualidade e atratividade. Toda pessoa gera informação, e da mesma forma todos possuem “filtros” sociais que irão selecionar a informação absorvida ou rejeitada, no caso das mídias sociais as pessoas com que o

indivíduo se conecta tornam-se um tipo de filtro também. Jean ressaltou ainda a questão da neutralidade da internet, exemplificando a partir do livro “Guerra dos Memes” (*Meme Warfare*, Stephen DeVoy, 2005).

Os participantes discutiram a questão da produção de informação adequada e atrativa como forma de comunicação externa dos Comitês de Bacia e outras instituições ambientais. Utilizou-se como exemplo a Wikipedia, como um mecanismo que comprova a depuração que a internet promove às informações de má qualidade. Jean ressaltou a Wikipedia como uma plataforma de construção colaborativa de sucesso, onde as pessoas compartilham conhecimentos, sendo um bom exemplo de como pode coexistir ferramentas colaborativas, que são fomentadas pelos próprios usuários e produzem informações de boa qualidade.

Jean propôs mostrar um pouco do movimento Fora do Eixo e do Nos Ambiente e discutir alguns casos de ciberativismo no Brasil, para depois discutir propostas de como os comitês podem utilizar mais e de melhor forma as redes virtuais.

O representante da fundação Parque Tecnológico Itaipú, de Foz do Iguaçu, compartilhou a experiência de criação da Web Rádio Água (<http://www.radioagua.org>), uma plataforma colaborativa onde as pessoas, capacitadas para gerar conteúdo e criar spots de rádio, produzem e compartilham informações.

Os integrantes da mesa iniciaram a exposição do material, em slides, explicando um pouco mais da estrutura dos coletivos Fora do Eixo e Nos Ambiente, movimentos em rede de coletivos, saindo do âmbito virtual. Os participantes discutiram a Rede Brasileira de Educação Ambiental (REBEA) e a possibilidade de enquadramento como uma rede social. Jean definiu rede social como um movimento de pessoas comuns conectados entre si, não necessariamente de forma virtual. Lívia ressaltou que a rede é formada pelas pessoas e a internet é o meio de encurtar as distâncias e facilitar a comunicação das pessoas.

O Coletivo Fora do Eixo surgiu, segundo Jean, a partir da vontade de difundir metodologias de produção cultural, visando à inclusão de jovens artistas em um cenário que, a princípio, é injusto e muito concorrido. Nos primeiros momentos o coletivo trabalhava apenas com a difusão da música independente, atualmente o coletivo possui 130 festivais espalhados por todo o Brasil onde é cedido o espaço para esses novos artistas. A partir desses encontros presenciais as políticas culturais começaram a ser

discutidas e dessa forma o Fora do Eixo se inseriu nas áreas de política cultural, ambiental e social.

Ainda discutindo a formação do Fora do Eixo, Jean ressaltou o potencial formador da difusão das ferramentas, utilizadas anteriormente apenas para produção cultural, para a mobilização social, como, por exemplo, a Pós TV e a mídia NINJA, uma rede de mídia ativismo que cobre causas urbanas, rurais, manifestações e eventos políticos.

Jean explicou a estrutura da Rede Fora do Eixo, que parte das organizações e pessoas, instâncias representativas e executivas e por fim o ponto de articulação nacional e internacional.

Antônio explicou que o Coletivo Fora do Eixo é subdividido em várias frentes sendo uma destas é o Nós Ambiente, vertente sócio ambiental do Coletivo. Iniciado em 2009 o Nós Ambiente surgiu como uma gestão sustentável interna apenas, em 2012 a frente começou os trabalhos externos, a partir da Rio+20, se tornando uma rede autônoma, conectando com novos parceiros. Dentro da Rio+20 o Nós Ambiente participou da Marcha Ré, mobilização que criticou os retrocessos brasileiros nas áreas sócio ambientais.

O objetivo atual da Nós Ambiente é servir como uma rede de base para os movimentos ambientais. O primeiro exemplo de atuação desta rede é o Parque Zoobotânico de Macapá, que estava fechado a mais de 10 anos, em situação crítica, com mais de 200 animais, o Coletivo iniciou a ação “Dilma dê esse presente para Macapá!” utilizando uma forma “memética” mais infantil, devido à proximidade com o Natal. Foram aproximadamente 600 mil pessoas que receberam essa informação no Brasil inteiro, a partir do ciberativismo, resultando em melhorias e reformas no Parque. Outro exemplo foi o da Semana da Água Pós TV, que promoveu uma série de debates, abertos e transmitidos pela internet, com pessoas influentes na área de recursos hídricos.

O coletivo Nós Ambiente trabalha hoje, segundo Antônio, conectando os movimentos socioambientais utilizando plataformas de rede e desenvolvendo ações de ciberativismo conjuntas.

Lívia exemplificou outra atuação do Nós Ambiente, mais focada na educação ambiental, que são as cartilhas digitais disponíveis na página do coletivo. Nestas pode-se encontrar, por exemplo, cartilhas que explicam como fazer um minhocário,

desenvolver uma horta orgânica, entre outras ações que podem contribuir para a educação ambiental.

Netto explicou o funcionamento da plataforma Causa Comum, que visa unificar grandes movimentos ambientalistas com pequenos grupos e ONG's de regiões mais isoladas e de difícil acesso, para, dessa forma, tentar unir as causas e gerar ações mais impactantes. O Causa Comum funciona como uma lista de e-mails, separada por tópicos, que difundem as informações e facilitam a comunicação entre os participantes. Lívia explica de forma sucinta o funcionamento de uma lista de e-mail.

Os participantes ressaltaram a ausência de diálogo entre as linhas de pensamento e ação, por exemplo, recursos hídricos e ambiental, e como essa divisão, falta de comunicação prejudica a área ambiental no Brasil. Lívia expos a relação entre educação ambiental e mobilizações sociais, de como os contextos podem ser relacionados.

Os participantes ressaltaram a importância da criação da Agência de Bacia Hidrográfica e que o governo acate as deliberações do Comitê de Bacia. Netto expos a importância da discussão sobre a bacia hidrográfica como unidade de gestão administrativa, e a força da união dos Comitês de Bacias para atingir este objetivo.

Jean explicou o funcionamento do Facebook como ferramenta de comunicação e mobilização social, diferenciando o tipo de instituição e direcionamento do usuário e dos perfis criados. Netto expos as possibilidades de gestão e gerenciamento de ações no Facebook através dos gráficos de compartilhamento, visualização e o perfil dos interessados. A geração de conteúdo para as páginas, tanto do facebook quanto de outras redes sociais continua sendo a parte mais importante e decisiva para o sucesso da comunicação, segundo Jean.

O Twitter é outra importante ferramenta de mídia ativismo, com diferentes características, comparado ao Facebook, mas com alta eficiência também. O formato do conteúdo compartilhado é diferente, pois deve ter apenas 140 caracteres, e no contexto do ciberativismo é bem utilizado para ações rápidas. Os “Twittaços” são um tipo de ação que é composto por muitos usuários compartilhando, ao mesmo tempo, uma informação importante, utilizando uma palavra chave, a qual se quer dar destaque, também conhecida como hashtag. Dessa forma, essa palavra chave aparecerá como um tópico muito discutido, um “trending topic”, e chamará atenção de outras pessoas, inclusive dos veículos tradicionais de mídia.

Jean propôs que inicie as discussões dos casos¹⁰, iniciando com a Lei da Cultura Viva, que gerou a Rede Viva, difundiu e mobilizou através de “memes” no Facebook, com aproximadamente 1600 compartilhamentos, ou seja 1600 pessoas viram e distribuíram para outras pessoas verem. O segundo exemplo é um “meme” do Facebook que chama para um “Twittaço”, duas redes sociais sendo utilizadas para alcançar um objetivo específico, que no caso era o fim da urgência na discussão sobre o novo marco da mineração. O compartilhamento para páginas estratégicas, como a do Greenpeace que possui 854 mil seguidores, é uma forma de proporcionar um maior alcance para as informações difundidas. O resultado da ação foi a retirada da urgência pela presidenta Dilma.

Netto explicou a subdivisão de tarefas para a produção do material a ser divulgado, por exemplo, a produção de conteúdo, geração de imagens e estratégias de divulgação. Como exemplo a questão dos políticos que tiveram suas campanhas financiadas por dinheiro de empresas mineradoras e que estão discutindo o novo marco da mineração. Os dados são buscados e trabalhados, no Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, pelos que constroem o conteúdo, outras pessoas montam as imagens e relacionam com o conteúdo, criando os “memes”, e outras pessoas divulgam pelas mídias sociais.

Os participantes questionaram se existem leis específicas para punir ciberativistas, e Jean esclareceu que para todo crime que ocorre na internet há um análogo fora da rede.

Jean propôs que se finalizasse a oficina com a elaboração do material a ser exibido em plenária. Iniciou-se esse momento com a questão: como o ciberativismo pode auxiliar os Comitês de Bacia e outras instituições ambientais? Lívia expos que podem ser desenvolvidas estratégias de comunicação baseadas nas mídias sociais, para divulgação externa e interna.

Netto propôs a criação de uma lista de e-mail para fazer um grupo de discussão para apoio e divulgação de metodologias para comunicação em rede. Lívia complementou expondo que, além das listas de e-mail, o website é a principal porta de acesso das pessoas às informações institucionais, por esse motivo deve ser bem feito, desde a produção de conteúdos acessíveis e atrativos até o layout da página.

¹⁰ Os exemplos aqui citados encontram-se anexados ao fim deste documento.

Sumarizando, Livia expos os pontos propositivos da oficina, sendo o primeiro o estabelecimento de comunicação entre os participantes interessados, a partir da lista de e-mail, para que a formação em redes sociais e mídia ativismo seja continuada, de forma colaborativa, a partir da internet. Cada comitê deveria planejar a comunicação pensando em integrar e estruturar uma rede, sem perder a dinamicidade do diálogo interno, e para isso aos poucos irem introduzindo o uso de redes sociais digitais. No segundo momento, quando as comunicações estiverem bem estruturadas, inicia-se o processo de mobilização conjunta, planejando ações integradas que atinjam um público maior. Netto ressaltou a importância de criar uma rede de comunicações onde haja diálogo intensivo e periodicamente haja uma avaliação, para que corrija os eventuais erros e possibilitem uma correção, reduzindo assim as desistências.

Figura 12-Integrantes da mesa.



Sessão Painéis – Compartilhando Experiências Emblemáticas da Bacia do Rio Doce

Moderação: Marco Antônio de Carvalho (IFES/Presidente CTCI/CBH Doce)

Informações sobre o mediador Marco Antônio de Carvalho¹¹: Possui Graduação em Engenharia Agrônoma pela Escola Superior de Agricultura de Lavras - ESAL, (1976), hoje Universidade Federal de Lavras - UFLA ; Mestrado em Agronomia (Solos e Nutrição de Plantas - Conceito CAPES - 6) pela Escola Superior de Agricultura de Lavras - ESAL, (1985); Graduação em Licenciatura Plena para a Graduação de Professores pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET-MG

¹¹ Retirado do *Curriculum Lattes*: <http://lattes.cnpq.br/3889821287822679> - acesso em Setembro de 2013.

(1989); Especialização em Administração Rural pela Escola Superior de Agricultura de Lavras - ESAL, (1991) e, Doutorado em Agronomia (Solos e Nutrição de Plantas - Conceito CAPES - 6) pela Universidade Federal de Viçosa - UFV (1996). Atualmente é Professor do Ensino Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo - IFES - Campi Colatina e Itapina.

A Sessão Painéis foi realizada no auditório São João Del Rei, e contou com a participação dos Institutos Xopotó e Terra, e os CBHs Guandu e Manhauçu. O representante da FONASC não compareceu, assim o tempo de sua apresentação foi dividido entre as outras instituições.

Instituto Xopotó: José Geraldo Rivelli Magalhães – Presidente do Instituto Xopotó

A primeira experiência emblemática apresentada foi “Bolsa Verde: Fonte Alternativa de Renda e Instrumento de Conservação Ambiental em Pequenas Propriedades Rurais”, pelo presidente do Instituto Xopotó, José Geraldo Rivelli Magalhães. Ele destacou que o Instituto tem como missão promover a melhoria da qualidade de vida das comunidades do Território Nascentes do Rio Doce, por meio de ações socioeconômicas e ambientais. O Instituto não é uma organização de militância, mas de parcerias, para a geração de trabalho e renda. O Instituto atua no território da microbacia do rio Xopotó, que pertence à bacia do rio Piranga, no âmbito social (Programa Transformação), econômico (Programa Fornada) e ambiental (Agente Ambiental – produtor rural prestador de serviços ambientais).

O território de atuação do Instituto tem uma realidade socioeconômica ambiental diferenciada: os municípios têm, em média, 6 mil habitantes cada, sendo que 60% vive na zona rural; 23% das propriedades possuem até 10 hectares, e 32% de 10 a 40 hectares; e a atividade mais praticada para geração de renda é a pecuária de leite. Para o produtor rural, a área de mata é uma área improdutiva.

De acordo com José Geraldo, o carro-chefe do instituto é o trabalho com os proprietários rurais do *Território Nascentes do Rio Doce*, formado pelas bacias dos rios Xopotó e Piranga, seus primeiros formadores, no programa “Agente Ambiental – produtor rural prestador de serviços ambientais”. Esse programa visa reconhecer e incentivar o trabalho anônimo de muitos produtores rurais que possuem, em suas propriedades, áreas remanescentes de matas nativas e recursos hídricos, e assim

fomentar uma produção rural sustentável, a fim de melhorar sua qualidade e potencialidade, incluindo os recursos naturais existentes nas propriedades como parte integrante dessa produção.

O pagamento pelos serviços ambientais prestados advém do Governo do Estado de Minas Gerais, através da Lei Estadual nº 17.727, de 13 de agosto de 2008 (que dispõe sobre a concessão de incentivo financeiro a proprietários e posseiros rurais, sob a denominação de Bolsa Verde). A referida lei diz que o incentivo financeiro é para identificação, recuperação, preservação e conservação de áreas necessárias à proteção das formações ciliares e à recarga de aquíferos, e áreas necessárias à proteção da biodiversidade e ecossistemas especialmente sensíveis, e ressalta que a bacia hidrográfica é considerada como unidade físico-territorial de planejamento e gerenciamento para concessão do benefício.

O Decreto 45.113, de 05 de junho de 2009, que regulamentou a lei acima citada, menciona que na concessão do benefício terão prioridade os proprietários ou posseiros que se são agricultores familiares (de acordo com a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006), produtores rurais cuja propriedade ou posse tenha área de até quatro módulos fiscais ($30 \text{ ha} \times 4 = 120 \text{ ha}$), e produtores rurais cujas propriedades estejam localizadas em Unidades de Conservação de categorias de manejo sujeitas à desapropriação e em situação de pendência na regularização fundiária.

José Geraldo apresentou os resultados alcançados na área de atuação do Instituto: todos os produtores foram cadastrados (34 produtores), sendo que 82,35% foram aprovados para receber o Bolsa Verde (28 produtores), mas somente 50% está efetivamente recebendo o incentivo financeiro (17 produtores).

O palestrante mencionou que o Bolsa Verde, sendo um programa de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), é o instrumento mais eficiente e eficaz para conservação ambiental, sendo uma fonte alternativa de renda para o proprietário rural. Porém, José Geraldo observou algumas dificuldades do programa: falta comunicação entre Comitê Executivo, parceiros e produtores rurais; ausência da EMATER-MG junto aos produtores rurais, só está presente no Comitê Executivo; exigência, antecipada, de conta corrente do Banco do Brasil, desconsiderando, ainda, que este não está presente em todos os municípios; falta de recursos para ação das entidades parceiras, descaracterização da relação de parceria, revelando um contrato de “trabalho

voluntário” dos parceiros; não valorização da Agricultura Familiar na prática – embora o manual, os editais e os materiais publicitários do Programa contemplem, o formulário em si não pontua os agricultores familiares; possibilidade de dupla interpretação de alguns critérios do formulário; e demora no pagamento aos agricultores, culminando no descrédito do Programa.

O presidente do Instituto Xopotó mostrou também algumas propostas de melhoria para o programa: criar mecanismos de comunicação, em linguagem simples, direta com o produtor rural; alterar a lei com relação ao Fundo de Reposição Florestal, direcionando parte do recurso do Fomento Florestal para o Bolsa Verde; Ampliar e aprimorar a parceria com o terceiro setor; criar um espaço de discussão com as entidades parceiras e com os produtores rurais; simplificar as exigências burocráticas (ex. conta bancária em outros agentes financeiros) e quando da assinatura do Termo; não contingenciar os recursos do Programa (Lei); buscar a participação da iniciativa privada junto ao Programa Bolsa Verde; criar mecanismos de valorização e de destaque dos beneficiados junto às comunidades a que pertencem como forma de divulgar o Programa como instrumento de conservação; realizar, periodicamente, eventos de integração das instituições parceiras com as integrantes do Comitê Executivo; e incluir Polícia Ambiental no Comitê Executivo do Bolsa Verde.

José Geraldo destacou, mais uma vez, que o Bolsa Verde é o melhor e mais promissor caminho, do ponto de vista da eficiência e da eficácia, para incentivar e garantir a proteção ambiental, especialmente, dos remanescentes florestais nativos.

Em seguida, para finalizar, o palestrante mostrou um vídeo institucional, onde apresentou o grande projeto do Instituto, denominado “Despertar da Consciência Ambiental”. Este é realizado na Fazenda Engenho d’Água, no distrito de São Bartolomeu (Ouro Preto/MG), que está dentro da área da Floresta Uaimii, e nesta fazenda é feita a proteção das nascentes. Enfatizou que a educação ambiental é uma parcela da educação para a cidadania. Esse projeto é vendido às empresas da região, que consiste na visita orientada de alunos da rede pública de ensino. Para realizar a caminhada, os alunos participantes usam bonés, perneiras e protetor solar, cedidos pelo Instituto. Durante a trilha ecológica são feitas reflexões, e na sede da fazenda são realizadas palestras e dinâmicas de grupo.

Instituto Terra: Adonai José Lacruz - Superintendente Executivo do Instituto Terra.

A segunda experiência emblemática apresentada foi do Instituto Terra, pelo seu Superintendente Executivo Adonai José Lacruz. Este Instituto é organização civil sem fins lucrativos sediada em Aimorés/MG, e atua em municípios das bacias dos rios Manhuaçu, Suaçui e Guandu; desenvolve projetos de restauração ecossistêmica que totalizam mais de 7500 hectares em processo de recuperação, com vegetação nativa (mata atlântica); maior empregador privado da região de Aimorés, com 120 colaboradores, que trabalham basicamente no viveiro de produção de mudas, cuja capacidade de produção gira em torno de um milhão de mudas/ano, e até o momento já foram produzidas aproximadamente 4,5 milhões de mudas nativas da mata atlântica; metade das mudas produzidas são vendidas e a outra parte é doada.

Adonai explicou que o Instituto Terra administra a fazenda Bulcão, antiga fazenda de pecuária de propriedade do fotógrafo Sebastião Salgado, que atualmente é uma RPPN, considerada uma ilha ecológica na região; a fazenda, que é sede do Instituto, já recebeu mais de 100 mil visitantes; o Instituto já realizou mais de 700 projetos educacionais.

Os principais projetos do Instituto são: Núcleo de Estudos em Restauração Ecossistêmica (NERE) – projeto iniciado em 2003, os estudos são divididos em 20% de teoria e 80% de prática, e a parte prática é decidida toda segunda-feira de cada semana; já formou 78 alunos, sendo que dos últimos 69 formados, 80% estão empregados recebendo aproximadamente 1,5 salários mínimos; e Terrinhas – projeto de educação ambiental voltado para alunos, professores e diretores, na composição do custo desse projeto 60% é direcionado para alimentação, uma vez que trabalha com escolas públicas, muitos alunos são carentes, e pode ser que a refeição servida no projeto seja a principal do dia para eles.

Adonai apresentou algumas premiações e distinções que o Instituto Terra recebeu por seu trabalho: II Prêmio Hugo Werneck de Sustentabilidade & Amor à Natureza, Prêmio Ouro Azul (Estado de Minas), Prêmio *Ford Motor Company* de Conservação Ambiental, Utilidade Pública Municipal – Aimorés/MG, Utilidade Pública Estadual – Minas Gerais e Espírito Santo, Utilidade Pública Federal, dentre outros. Para finalizar,

salientou que é preciso que o projeto esteja muito bem estruturado, a fim de conseguir patrocínio, e destacou que o desafio é pensar em novas formas de agir.

Informações sobre o palestrante Adonai José Lacruz¹²: Bacharel em Administração e Mestre em Economia Empresarial. Atualmente é Superintendente Executivo do Instituto Terra (MG) e professor adjunto da Universidade Presidente Antônio Carlos - Aimorés / MG. Suas linhas de pesquisa são: jogos de empresas, gestão de projetos e plano de negócios.

CBH Guandu: Max weber D'Ávila Lessa, presidente do CBH Guandu

A terceira experiência emblemática relatada é a “Expedição Científica da Bacia Hidrográfica do Rio Guandu”. Max Weber, presidente do CBH Guandu, apresentou um mapa da Bacia do Rio Guandu, mostrando que ela abrange quatro municípios capixabas. Max enfatizou que a expedição pela bacia tinha como objetivo instrumentalizar e conhecer melhor a bacia, por isso adotaram o slogan “Conhecer para Preservar”.

Os resultados esperados da Expedição foram: realizar coleta de dados dos aspectos ambientais da Bacia Hidrográfica do Rio Guandu e posterior diagnóstico; despertar o interesse imediato de prefeitos, vereadores e da comunidade em geral para a proteção e recuperação das águas e seu meio ambiente natural; fortalecer a consciência ecológica individual de todos; encorajar práticas éticas e políticas públicas que melhorem a qualidade de vida das pessoas; elaborar um Atlas Sócio-Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Guandu; produzir um documentário sobre a bacia; e produzir material fotográfico para exposição itinerante.

Max destacou os resultados alcançados com a Expedição, elencados a seguir:

- Realização do diagnóstico da Bacia;
- Maior interesse do executivo, do legislativo e da comunidade em geral;
- Fortalecimento da consciência – Atividades de Educação Ambiental;
- Maior ênfase na implementação de práticas e políticas públicas ambientais – Projetos;
- Lançamento do Vídeo – Semana da Água.

¹² Retirado do *Curriculum Lattes*: <http://lattes.cnpq.br/8723073260341855> - acesso em Setembro de 2013.

Em seguida, Max Weber finalizou sua apresentação mostrando o vídeo feito na Expedição.

CBH Manhuaçu: Maria Aparecida Salles Franco, CBH Manhuaçu

A quarta experiência emblemática apresentada foi do CBH Manhuaçu, por Maria Aparecida Salles Franco, sobre “Ações de Educação Ambiental na Bacia do Rio Manhuaçu”. Maria Aparecida iniciou apresentando a Expedição ao Rio Manhuaçu, realizado de 21 a 25 de abril de 2004. Mostrou também fotos da Expedição ao Rio José Pedro, afluente do Manhuaçu, de 18 a 21 de abril de 2012.

Em seguida, relatou as atividades realizadas no Dia Mundial da Água, em 2013, destacando a demonstração do sistema de funcionamento de um aquecedor solar, em parceria com a Polícia Ambiental, e do Dia Mundial do Meio Ambiente, deste mesmo ano, com a realização de uma caminhada ecológica.

A última atividade apresentada foi o ForEA (Fórum de Educação Ambiental) de 2013, que teve quase toda sua decoração feita com materiais reaproveitáveis/recicláveis, com o envolvimento de diversas entidades locais na confecção dos enfeites.

Após o término das apresentações, seguiu-se a sessão de perguntas. O moderador Marco Antônio convidou as pessoas que apresentaram as experiências das instituições para se reunirem no palco para a sessão de perguntas.

A primeira pergunta foi dirigida ao Instituto Xopotó, onde o participante questiona como os CBHs fortalecem as ações já realizadas nas bacias, como o Bolsa Verde. José Geraldo respondeu que o valor anual do Bolsa Verde é de cinco milhões de reais, e disse que considera um grave erro político o congelamento do Bolsa Verde, devido a eficiência e eficácia desse instrumento de conservação das águas; disse que tem que ser mostrado que conservar também dá dinheiro. Falou ainda que o governo estadual de Minas Gerais pagou apenas a 1ª parcela de 2010 e vai lançar o edital referente a 2013, falando também que os comitês de bacia precisam se manifestar.

A segunda pergunta foi dirigida ao CBH Manhuaçu, perguntando sobre o envolvimento desse CBH com o Espírito Santo. Maria Aparecida respondeu que é

preciso buscar os vizinhos para desenvolver ações, uma vez que a responsabilidade não é apenas do CBH Manhuaçu; destacou a bacia do rio Manhuaçu tem muitos problemas com erosão, com retirada de água para irrigação, além de varias hidrelétricas, exemplificando que no exutório onde se encontram os rios Zé Pedro e Manhuaçu pode ser observado oscilação no nível d'água no meio do dia. Marco Antônio pontuou que o trabalho em bacia hidrográfica não tem limite municipal, visto que as bacias são definidas pelo relevo, considerando-se como divisores de águas as áreas mais elevadas, e não definição político-administrativo, logo todos que pertencem à bacia tem que cooperar.

A terceira participação do público foi uma sugestão aos CBHs, que façam o exercício de reunir cada segmento com a diretoria.

Em seguida, foi realizada a terceira pergunta, indagando ao Instituto Terra para onde vão os jovens capacitados no NERE, e perguntando, para todas as instituições que apresentaram suas experiências, relacionando o projeto de recuperação ecossistêmica, o que elas pensavam em relação ao desmatamento que será provocado pela Vale. Primeiramente, Adonai respondeu que os jovens capacitados, de maneira geral, vão para a iniciativa privada; que quatro ou cinco foram para o poder público e dois abriram o próprio negócio. Em relação à Vale, Adonai falou que não tem o que dizer, pois não conhece o projeto a que ele se refere, e enfatizou que em relação aos projetos de recuperação ecossistêmica, as empresas privadas patrocinam mais projetos que o governo. José Geraldo, do Instituto Xopotó, falou que falta interação entre os setores do governo. Maria Aparecida, do CBH Manhuaçu, ponderou que existem duas situações, uma onde existe um grupo preocupado, trabalhando pela conservação, mas o valor pago a eles não valoriza a preservação; e que em contrapartida, tem-se a sociedade de consumo, e destaca que é impossível desenvolver atitudes para mobilizar a população frente ao consumismo, e terminou dizendo que precisamos ser mais conscientes.

A quarta pergunta foi realizada por um participante que indagou se nos mananciais ali apresentados há envolvimento dos CBHs com o saneamento básico. Maria Aparecida, do CBH Manhuaçu, comentou que no município de Manhuaçu o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) apresentou uma proposta de ressarcimento, onde um pequeno valor incluído na conta de água voltaria para a bacia para preservação dela, porém os vereadores da cidade foram contra esse projeto. Falou também que

temos que colocar nos nossos gastos mensais o pagamento para quem preserva nossa água, nosso ar.

Em seguida, Marco Antônio encerrou a sessão, agradecendo a presença de todos e enfatizou que na área ambiental precisamos de ações.

Após o encerramento, os participantes dos outros eixos temáticos voltaram ao plenário, onde foi realizado uma pequena explanação de cada eixo, pelos moderadores dos mesmos. No término, Suraya agradeceu a presença de todos e lembrou que às 13h30min seria realizado o Círculo de Diálogos, conforme combinado no dia anterior, com o objetivo de debater assuntos relacionados à gestão de recursos hídricos que não estavam contemplados nas atividades programadas.

2- Círculo em Diálogo: Políticas Públicas de Educação Ambiental para a Governança das Águas nas Bacias Hidrográficas

Participantes: Renata Maranhão – Gerente do DEA/MMA, Ana Luíza Dolabela de Amorim Mazzini – Diretora de EA/SEMAD-MG, Ulisses Louzada Mantovani – IEMA/ES e Jair Kotz – Superintendente de Meio Ambiente da ITAIPU Binacional/Programa Cultivando Água Boa.

Mediação: Franklin Jr.

Inicialmente, Franklin convidou os participantes para comporem a tribuna, e agradeceu a participação deles. Círculo realizado no período da tarde de quarta-feira

O Círculo em Diálogo foi iniciado com a apresentação de Ana Luíza Dolabela de Amorim Mazzini – Diretora de Educação Ambiental da SEMAD/MG. Ana Luiza agradeceu o convite, e iniciou sua apresentação falando sobre a importância de aprender com o povo, planejar com ele, construir sobre aquilo que ele tem. Ressaltou a importância do planejamento, da educação ambiental e dos valores humanos e da cidadania, que em última análise também estão inseridos na EA. Do ponto de vista da EA, Ana Luiza destacou que vem sendo trabalhada com dois enfoques: da Produção Mais Limpa (setor empresarial) e do Consumo Consciente (cidadão). O DEA/SEMAD vem trabalhando a EA com a educação para a prática de valores, educação para a

cidadania, educação para a sustentabilidade e gestão ambiental, educação para a gestão participativa, educação para a saúde e segurança alimentar, educação sanitária, educação para o saneamento, para o trânsito, para a cultura, educação patrimonial, fiscal, educação para gentileza urbana, para a paz e para o turismo sustentável.

De acordo com Ana Luiza, o DEA também tem trabalhado muito na educação ambiental na gestão. A diretora ressaltou que há pouca aproximação das áreas técnicas com a área de educação ambiental, porque as pessoas das áreas técnicas as vezes acham que se bastam e que a EA é um acessório a mais. Por outro lado, falta nas pessoas que trabalham com EA uma percepção de que depois de diagnosticados os problemas com relação aos recursos hídricos, é preciso que se recorra à área técnica, porque é ela, com seus diversos instrumentos, programas, projetos e tecnologias, que vai efetivamente resolver os problemas, se não a acaba-se ficando no discurso da EA, no diagnóstico dos problemas, mas não se caminha efetivamente para a solução dos mesmos. Ana Luiza destacou que tem-se trabalhado muito com a visão da EA na gestão, com introsamento com as áreas técnicas, e inclusive em Minas Gerais existe um Termo de Referência para programas de EA no âmbito dos licenciamentos, para empresas de grande porte e grande potencial poluidor, mas que deve ser estendido também a qualquer empresa, por menor que ela seja, no seu âmbito, com seus recursos, pois ela pode desenvolver um trabalho efetivo de EA.

A diretora ainda salientou a gestão participativa e a importância da governança. Destacou também um sentimento importante, o pertencimento, e também falou sobre a questão das escalas de participação social, a negociação e a parceria. Enfatizou que se não for através de parcerias, ninguém dá conta da dimensão e da complexidade dos problemas ambientais

Comentou também sobre a existência de instrumentos em Minas Gerais para a participação na gestão dos recursos hídricos – COPAMs, CBHs, Conselhos das Unidades de Conservação, Rede Mineira de Comitês de Bacia e diversos fóruns, dentre eles o Fórum das Águas.

Destacou que na legislação federal existem rios federais e estaduais, mas não municipais. Mas como na EA se defende a importância da participação local, uma vez que as nascentes estão nos municípios e a microdrenagem é responsabilidade do município, a gestão mais próxima é do município. Defendeu que a gestão deveria

começar no município para conseguir alcançar uma boa gestão nos âmbitos estadual e federal, e a sustentação de uma gestão municipal de recursos hídricos viabilizaria o encontro de soluções integradas.

Ana Luiza comentou que em Minas Gerais existem 36 unidades de planejamento e gestão de recursos hídricos, e 36 CBHs já instituídos. Para finalizar, chamou atenção ainda para o controle das enchentes, pois não se vê evolução nessa área.

A segunda exposição foi realizada por Ulisses Louzada Mantovani – IEMA/ES. Ele iniciou falando a respeito do defeito da segmentação; é um princípio da educação ambiental considerar os múltiplos saberes; múltiplos usos da água e múltiplos saberes, culturas e expectativas; lógica do poder público – prisioneiro do gabinete, não se vê o contexto; perspectiva indígena – lógica diferente da do decreto, da tomada de decisão do CBH.

Em seguida, falou Jair Kutz, da ITAIPU Binacional, um dos coordenadores do programa “Cultivando Água Boa”. Jair destacou a gestão participativa, as Oficinas do Futuro (metodologia freireana) – muro das lamentações, árvore da esperança, um caminho adiante. Falou também de instrumentos de interação, da importância da Carta da Terra e do Coletivo Educador Municipal. Citou os macrovertebrados bentônicos usados como bioindicadores para monitoramento da qualidade da água. E finalizou que a relação entre empresas e poder público não deve ser apenas via acionamento do Ministério Público e compensações, mas também de parcerias e realização de projetos estruturadores.

A última apresentação do Círculo em Diálogo foi realizada por Renata Maranhão – DEA/MMA. Renata falou que é preciso trazer a PNEA para dentro dos espaços. Parabenizou a organização do evento pela ênfase dialógica dada à programação. Falou de Políticas Públicas de Educação Ambiental para a Governança das Águas nas Bacias Hidrográficas – Resolução CTEM/CNRH 98/2009 e da (edu)comunicação em GIRH como um instrumento para amplificar a difusão de conhecimento.

Destacou ainda o controle social na elaboração e implementação do plano de bacia, observando que normalmente a educação ambiental está muito ligada à educação formal. Salientou a necessidade de reconhecer o que efetivamente é ação de educação ambiental, pois existem muitas ações pontuais, sem continuidade. Enfatizou o fortalecimento dos fóruns e de fomentar e animar redes. Como Ana Luiza Dolabela, Renata também chamou atenção para a necessidade de alimentar o sentimento de pertencimento e identidade e a cultura da sustentabilidade.

Após a fala de Renata, o debate foi iniciado, e Franklin pontuou que o programa “Cultivando Água Boa” é reconhecido pela ONU e replicado em todo o mundo. Devido à hora avançada, foi aberto espaço para quem quisesse se manifestar, e em seguida os palestrantes fariam seus comentários sobre as manifestações dos participantes do Encontro.

Os participantes fizeram algumas observações, de que as vezes tem-se um ministério em contraponto ao outro, que o desafio é continuidade, e a construção do Plano Diretor Municipal de Recursos Hídricos, que a Política ambiental brasileira é teoricamente de prevenção; dentro das instâncias governamentais não existe diálogo; que a educação ambiental tem vários níveis de entendimento, e existem muitas atribuições para a educação para a sustentabilidade; as secretarias de meio ambiente estão isoladas, não estão “de mãos dadas” com as outras secretarias – a gestão fragmentada não vai contribuir para o avanço; e sobre como buscar mais atenção, ação e interação das pequenas UHEs com suas comunidades.

Renata iniciou os comentários, destacando que a gestão fragmentada é cultural, que não adianta criar uma secretaria se seus departamentos não interagem. Falou que o MMA trabalha diretamente com o MEC e com outros ministérios através de programas temáticos. Comentou ainda que a educação ambiental no IBAMA e no ICMBio são frágeis.

Ana Luiza deu continuidade aos comentários, dizendo que em Minas Gerais os núcleos de gestão ambiental estão no mesmo nível hierárquico dos conselhos, ainda são incipientes, mas acredita na eficiência deles, e que é preciso “ecologizar” toda a administração pública, mas não apenas com a educação ambiental, também com a educação em gestão. Ana Luiza falou ainda sobre o enfraquecimento dos CBHs, que a

bacia hidrográfica é a principal unidade de planejamento, porém o modelo nacional é a divisão administrativa, em municípios e estados. Ressaltou ainda que temos que praticar negociação e parcerias.

Ulisses falou a respeito do Plano Diretor Municipal de Recursos Hídricos, se realmente é necessário outro plano, uma vez que o Plano Diretor poderia ter abordado os recursos hídricos, ressaltando que os desastres ambientais, como as enchentes, é transversal, afetam todos os setores, como saúde, transporte, economia etc.

Jair iniciou seus comentários dizendo que nada pode garantir a perenidade, que algo só é perene quando se torna parte da cultura, e que a medida que as pessoas vão participando de algo, o gestor público faz investimentos naquilo, pois é visível o resultado, e também deve-se levar em consideração que as novas lideranças ambientais que surgem podem ser tornar futuramente gestores públicos. Jair destacou que o trabalho ambiental é uma pregação, e que as ações acontecem nos municípios porque tem as ferramentas, e ainda mencionou que os CBH tem ações transversais, entre municípios. Salientou também que a visão da bacia como um todo só será percebida com a visão da sub-bacia e da microbacia. Jair encerrou sua fala dizendo que todo grande empreendimento público que tem aporte de recursos públicos deveria ter mais que compensações, devem ter trabalhos de desenvolvimento sustentável, e que os CBHs deveriam ter ações mais estruturadoras e procurarem os empreendimentos para parcerias.

Informações sobre a palestrante Ana Luiza Dolabela de Amorim Mazzini¹³: Possui graduação em Engenharia Química pela Universidade Federal de Minas Gerais (1979). Atualmente é Diretora de Educação e Extensão Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado de Minas Gerais e professora da PUCMINAS, do Instituto de Educação Tecnológica. - IETEC e da FEAMIG nas áreas de Engenharia Ambiental e Segurança do Trabalho. Tem experiência na área de Meio Ambiente, com ênfase em Avaliação de Impactos Ambientais, Gestão Ambiental e Educação Ambiental. É autora do Dicionário Educativo de Termos Ambientais e do livro Nosso Lixo de Cada Dia: desafios e oportunidades.

3- Apresentação: “História do Controle e do Uso da Água na Ouro Preto dos Séculos 18 e 19 e suas implicações para o século 21”

O palestrante, Prof. PhD. Alberto Fonseca, da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) foi apresentado por Franklin de Paula Júnior, Gerente de Políticas e Planejamento (SRHU/MMA). Fonseca iniciou dizendo que sua fala expositiva pode ser

¹³ Retirado do *Curriculum Lattes*: <http://lattes.cnpq.br/9256329924311284> - acesso em Setembro de 2013.

relevante para quem trabalha com gestão dos recursos hídricos e educação ambiental. Alberto se apresentou como professor da UFOP e relatou que o convite foi feito ao Prof. Júlio César, representante da UFOP no CBH do Rio Doce, que repassou o convite a ele, devido a sua maior competência no assunto.

Fonseca tem sua formação em Engenharia Civil e Sanitária, e desenvolveu sua dissertação de mestrado, no Programa de Pós Graduação em Engenharia Ambiental da UFOP, na área de história da gestão da água na antiguidade.

O Projeto consistia em realizar uma passagem pelo uso da água pelo ouropretano nos séculos XVIII e XIX, e inicialmente possuía-se o intuito de desvendar um mistério, pois se falava que Ouro Preto tinha a primeira Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) do Brasil e não se sabia ao certo quem havia feito a ETE, ou seja, existia um mito, o que provocou a fazer uma investigação historiográfica mais séria.

Buscou-se então avaliar a água durante a história, e apresentar que dentre os patrimônios não se cita a água, não menciona chafariz, não menciona a ETE, rios, aquedutos, parte dessa história e que também são patrimônio.

As pesquisas se iniciaram por arquivos públicos na Biblioteca Nacional pesquisando arquivos públicos mineiros onde foram encontradas muitas coisas interessantes, além disso, foram realizadas entrevistas e visitas as casa antigas de Ouro Preto e tendo a água como transversal, e que ela permeia a vida, notou-se a importância de investigar a água na história por meio de alguns usos, assim o foco do trabalho foi voltado para o uso da água na mineração e para o saneamento.

Devido ao curto tempo o palestrante decidiu centralizar o foco nos resultados, pois o mesmo queria deixar informações que pudessem subsidiar e, de certa maneira, ampliar a percepção dos participantes para a água na história.

Em seguida ele apresentou a relação da água com a mineração afinal até a descoberta do ouro, aproximadamente no final do século XVII, pouco se sabia da hidrografia brasileira e com a descoberta do ouro, com a corrida obviamente pelo minério, sendo este, ouro de aluvião criou-se uma corrida por córregos e rios, logo a historiografia brasileira foi revolucionada após a descoberta do ouro.

O ouro se encontrava dentro da água, ou seja, dentro dos córregos de Minas Gerais, dessa forma a água era o berço do ouro ou então a água era a força motriz por que não existia energia elétrica, barragem, Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) nessa época, dessa forma eles armazenavam a água e usavam a força potencial da mesma para desbarrancar os terrenos e liberar o mineral, assim a água era tanto o berço quanto a alavanca do ouro. E era tanta essa dependência da água na mineração que se criou um adágio “sem água de nada vale uma serra de ouro”.

Fonseca chamou a atenção para que o público ao visitar a cidade preste atenção em resquícios de reservatórios de água, chamados mundéus, onde os mineradores armazenavam a água mais rica em ouro, no entanto ressalta que eles se encontram em bairros não localizados no centro histórico como: Piedade, São Cristóvão, Morro São Sebastião entre outros, e completa que está ocorrendo uma catalogação desses mundéus e já adianta que existem centenas destes.

Esses tanques muitas vezes esquecidos não são usados como elementos históricos, como há o caso de uma escola que foi construída aproveitando as paredes de um desses mundéus e não usa esse conhecimento histórico como elemento de Educação Ambiental com as crianças.

O palestrante instigou os participantes a notarem em sua volta para as respectivas cidades e olharem para as montanhas a fim de verificarem cicatrizes pelos terrenos que são aquedutos, valos feitos para canalizar a água e levar para os mundéus.

Além disso, a pesquisa levou a questionar que a gestão da água diferente do que está nos livros não se iniciou no século XX, em 1934 com o Código de Águas, pois o controle de uso da água é inerente à história humana, mas pode-se dizer que sempre esteve presente a preocupação com a racionalização, controlar, estabelecer critérios para o uso da água.

Outra conclusão do trabalho mostrou que no século XVII já existia essa gestão controlada, pois os regimentos, guarda-mores, que era uma espécie de regulamento para a mineração já apresentava alguns requerimentos relacionados à água. Sendo assim a outorga no Brasil surgiu na verdade em 1720, e se chamava Provisão das Águas. Esta foi criada em Portugal, e era equivalente a Licença pelo de Uso da Água atualmente utilizada pela ANA, devido aos conflitos que existiram por causa da demanda por esse

bem além de outras normas criadas nessa época. Alberto ainda ressalta que na época não existia uma mentalidade ecológica, mas sim meramente econômica.

Finalizando a parte referente à mineração o professor voltou sua fala para o uso da água para abastecimento e destacou que a cidade de Ouro Preto possui um dos sistemas mais interessantes do Brasil. O mesmo ainda lembrou os vários chafarizes que existiam distribuídos pela cidade, mostrando que a cidade possui uma riqueza arquitetônica em relação água, afinal muitos desses chafarizes também são obras de Aleijadinho e esses monumentos passam despercebidos e ainda citou a fama da cidade por possuir água de boa qualidade e em grande quantidade, o que segundo o palestrante mudou muito no século XX.

Atualmente o morador ouropretano paga apenas uma taxa básica operacional (TBO), ou seja, a população pode consumir 10 ou até mesmo 100 metros cúbicos que esta pagará mesma quantia ínfima. E corre boatos entre estes que em Ouro Preto sempre houve fartura de água e essa era ofertada de forma gratuita, no entanto isso não pode ser datado do século XVII e XIX.

Nessa época existiam chafarizes públicos distribuídos pelas praças, que jorravam água gratuitamente, porém existiam também chafarizes particulares onde para ter essa água o proprietário tinha que pagar proporcional a quantidade de água que este recebia, mas não se utilizava o metro cúbico na época e sim a pena d'água, ou seja, quanto maior o orifício das tubulações que chegavam às casas maior era a cobrança pela água.

Já no final do século XIX estava em alta a Política de Saneamento, onde Ouro Preto era uma capital que estava ameaçada de perder o título de capital e um engenheiro de Niterói, Victor Francisco Braga Mello, foi contratado para projetar o sistema de água e esgoto e coletar todo o esgoto do núcleo urbano e ele inclui uma ETE, que recebeu o nome de tanques de desinfecção sendo inaugurada em 1891 a primeira ETE de Minas Gerais e essas estruturas podem se tornar um Museu de Saneamento, pois este é um patrimônio que segundo Fonseca deve ser valorizado.

Figura 13 - Tanques de desinfecção do final do século XIX em Ouro Preto.



Para finalizar sua palestra, Alberto Fonseca propôs a criação de uma Trilha das Águas, para que seja usada como ferramenta de EA e que esta finalize seu trajeto na ETE, e relatou que o trabalho em seu resultado tenta alertar para o valor de todas as obras hidráulicas nele pesquisadas e citadas como um bem patrimonial de Ouro Preto. Por fim ressaltou a importância de se captar recursos para restaurar essas obras e criar o Museu da Água e apresentou os produtos que foram publicados com os dados de seu trabalho.

Informações sobre o palestrante Alberto Fonseca¹⁴: Alberto Fonseca é Professor no Departamento de Engenharia Ambiental da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), onde leciona e pesquisa nas áreas de gestão para sustentabilidade. Atuou recentemente como pós-doutorando e professor colaborador no Departamento de Estudos Ambientais e de Recursos Naturais da Universidade de Waterloo. Possui diplomas de PhD em Desenvolvimento Sustentável, MSc em Engenharia Ambiental e BSc em Engenharia Civil Sanitária. Profissionalmente, trabalhou nas áreas de gestão, licenciamento e auditoria ambiental de *due diligence*, *compliance*, e ISO 14001. Tem artigos publicados em periódicos internacionais e nacionais, bem como dezenas de trabalhos técnicos. Fez trabalhos de campo em diversas minas a céu aberto, hidrelétricas de grande e pequeno porte, ferrovias, usinas metalúrgicas, refinarias, subestações elétricas, terminais logísticos, portos marítimos, unidades de conservação, aterros domésticos

¹⁴ Retirada do *Curriculum Lattes*: <http://lattes.cnpq.br/8103051511528868> - acesso em Setembro de 2013.

e industriais, curtumes, estações de tratamento de água e esgotos, e prédios residenciais. Tem profundo conhecimento teórico e prático sobre instrumentos privados e públicos de gestão socioambiental, bem como sobre tecnologias e equipamentos de controle e mitigação de impacto ambiental. Dentre os principais cargos de sua carreira, destaca o de auditor ambiental corporativo da mineradora Vale. Apresentou trabalhos em conferências e eventos em diversas cidades no Brasil, Europa, Ásia, América do Sul e América do Norte. É docente permanente e membro dos colegiados dos Programas de Pós-graduação em Engenharia Ambiental e em Sustentabilidade Socioeconômica Ambiental, ambos da UFOP.

4º DIA: PLANOS DE AÇÃO (INDIVIDUAIS E/OU COLETIVOS) E O CAMINHO ADIANTE

29 de agosto de 2013 – quinta-feira

1- De volta pro meu pedaço: Planos e Compromissos

Atividades: “Entrelaçando percepções” e “De volta pro meu pedaço”

A atividade de fechamento foi feita na manhã da quinta-feira, em grupos, sendo esses grupos formados pelos estados participantes do Encontro, com o objetivo de refletir sobre a vivência nos dias do encontro. As seguintes questões deveriam ser respondidas:

1. O que eu trouxe?
2. O que eu levo?
3. Que compromissos eu levo?

O tempo total foi de 20 minutos, sendo que 5 minutos dedicados ao pensamento individual e 15 minutos para discussão grupal. O resultado da discussão grupal deveria ser apresentado na plenária. A atividade foi de autogestão e autoavaliação. Os papéis foram divididos em três colunas: Aplicação imediata (curto prazo), Médio prazo (um ou dois anos), Visão de Futuro (para a definição dos compromissos com a gestão das bacias hidrográficas). Estas anotações foram fotografadas. Houve ainda a aplicação de um questionário de avaliação geral sobre o evento.

Relatos das lideranças indígenas

Apresentaram uma música típica da cultura indígena e convidaram para a Festa das Águas que será realizada no dia 5 de outubro de 2013, na Fazenda Guarani, em Carmésia, MG.

Agradeceram pelo convite e por terem sido incluídos nessa discussão sobre as águas, disseram que querem contribuir para a gestão das águas.

Foi apresentada a seguinte frase: *A um índio um peixe dá, ao longo de um dia comerá, a um índio ensina a pescar, ao longo de sua vida comerá, a um índio dá a*

crença em Deus, com fome por peixe a Deus pedindo morrerá. Síntese da necessidade urgente de preservação, pois dela depende o futuro da humanidade.

Leitura da dinâmica de cada grupo (17 estados)

1. **Ceará:** Trouxe: Expectativa e curiosidades em relação ao trabalho dos outros estados na gestão ambiental dos recursos hídricos. Levou: a motivação e a certeza da responsabilidade de um senso comum e das diversas possibilidades de sensibilizar o Poder Legislativo e Executivo a trabalharem em conjunto a gestão de recursos hídricos, envolvendo cada vez mais os promotores de justiça na busca de soluções para os problemas das bacias. Compromissos: Compromisso de uma gestão de recursos participativa e compartilhada, buscando a parceria dos diversos setores da sociedade; sensibilização dos promotores de justiça do estado do Ceará (em cada bacia hidrográfica) com o intuito de mobilizar os gestores municipais, estaduais e federais, bem como a sociedade geral sobre a importância da educação ambiental na gestão das águas no estado.

2. **Tocantins:** Trouxe: uma mala de dúvidas, uma grande vontade de aprender, curiosidades e trocas de experiências. Levou: uma bagagem de experiência de outros comitês, energia para novos desafios e confiança sobre estar no caminho certo, uma nova visão sobre a educação ambiental. Compromissos: Curto prazo – Criar a Câmara Técnica de Educação Ambiental, resgatar os compromissos dispostos na Carta do Fórum de Águas do Tocantins e replicá-los nas bacias do estado; Médio Prazo – Possibilitar que um número maior de pessoas atue como educadores ambientais, disseminando a política para todos os comitês do estado; Visão de Futuro – Buscar através de projetos sustentáveis a recuperação de nascentes e matas ciliares, bem como trabalhar na captação de recursos para a abertura de canais e perenização dos rios.

3. **Rio de Janeiro:** Trouxe: Experiências e conhecimentos, expectativas de ampliar os conhecimentos, conhecer pessoas e trocar experiências e a esperança de transformar a educação ambiental em ferramenta de integração transversal. Levou: A certeza de que por mais que tenhamos problemas, nossos comitês estão bem adiantados no processo de implantação da Política Nacional dos Recursos Hídricos em relação ao contexto nacional, a visão de uma educação ambiental como instrumento de gestão voltado para

o fortalecimento dos movimentos populares, compromisso com o diálogo intercultural e a valorização do intercâmbio de saberes. Compromissos: Curto prazo – Partilhar os conhecimentos, pressionar os comitês para a execução de projetos, a educação ambiental inserida no plano de gerenciamento de bacias; Médio Prazo – Divulgar o comitê de bacia através da educação ambiental, acompanhar os projetos e propor novos, estimular a participação social, trabalhar para que o comitê reconheça a real importância da educação ambiental na gestão das águas e na formação da cidadania; Visão de Futuro – Criação e fortalecimento de câmaras técnicas de educação ambiental nos comitês e subcomitês, melhorar o equilíbrio das bacias hidrográficas, divulgação dos comitês e a sua importância para a sociedade, divulgar o amor à água.

4. **Mato Grosso**: Trouxe: Muitas expectativas de ampliar conhecimentos e a vontade de matar saudade. Levou: muitas informações, muitos contados, experiências a serem aplicadas, mais saudade e novas recordações. Compromissos: Curto Prazo – Implementar as atividades aprendidas, ampliar as ações e projetos existentes como pacto da nascente do Pantanal, promover a criação de câmaras técnicas de educação ambiental nos comitês de bacia no CEHIDRO; Médio Prazo – Promover novas ações, buscar parcerias e recursos financeiros, capacitar técnicos, promover a divulgação dos comitês da bacias e motivar a sensibilização e mobilização da sociedade; Visão de Futuro – Reavaliar o plano estadual de recursos hídricos, observar detalhamentos dos planos de bacia, articular com outros segmentos para reformular as ações formais e informais de educação ambiental.

5. **Paraíba**: Trouxe: Vontade de aprender, compromisso, material produzido pela Coordenação de Educação Ambiental/ SUDEMA-PB (sabão artesanal). Levou: Material didático, muitas informações, troca de experiência com os grupos, contatos, amigos verdadeiros, experiências. Compromissos: Curto Prazo – Informar e repassar material didático, sensibilizar técnicos, levar informações para as áreas indígenas; Médio Prazo – Visita aos comitês, sensibilizar e mobilizar os comitês já existentes; Visão de Futuro – Comitês cumprindo seus papéis, comitês ensinando/estimulando novos grupos.

6. **Goiás**: Trouxe: Experiência e vivência na formação de comitês de bacias, a experiência em grupos de trabalhos de educação ambiental, o crescimento a partir dos 2

primeiros Encontros Formativos, o amor e o respeito pela vida e pela natureza. Levou: A troca de experiências com as diversas regiões do país, a participação das tribos indígenas no encontro e a real integração no processo participativo dos CBH's, Ampliação dos conhecimentos, contatos, a unidade na diversidade. Compromissos: Curto Prazo – Compartilhar com os comitês de bacias os saberes aprendidos, apresentar as experiências vividas no evento, equipar as secretarias executivas dos CBH's, implantar 3 comitês, buscar novas atitudes para implantação de projetos, buscar novos parceiros, desenvolvimento do plano de bacias ; Médio Prazo – Expandir a consciência de que água é vida e não um produto, trazer os saberes indígenas para desenvolver uma melhor relação com a natureza, capacitar membros e técnicos de todos os comitês, implantar mais um comitê no norte do Estado; Visão de Futuro – Elevação da consciência de que somos parte integrante da natureza e que devemos unir nossos pensamentos palavras e ações sobre um mesmo objetivo, expandir o programa Produtores de Água, criação da agência de cobrança, ter os onze comitês implantados, criar um Fórum Estadual.

7. **Distrito Federal** (CBH Paranoá): Trouxe: A vontade de aprender e entender as experiências de outros CBH's quanto à Educação Ambiental. Levou: A certeza do papel imprescindível da Educação Ambiental para a gestão democrática dos recursos hídricos. Compromissos: Curto Prazo – Relato do encontro em plenária/repasso do material informativo, divulgação dos marcos legais “Água e Educação Ambiental” e discussão de ações inerentes, retomar as discussões de um Grupo Técnico de Educação Ambiental no CBH Paranoá; Médio Prazo – Articular ações conjuntas com ANA, MMA/SAIC, CTEM/CNRH, ações de sensibilização/ capacitação: interna (membros) e externa (comunidade em geral, órgãos de governo, associações, etc.); Visão de Futuro – Implementação do plano de Bacia (a ser elaborado) e programa de Educação Ambiental, Criação da Câmara Técnica de Educação Ambiental.

8. **Mato Grosso do Sul**: Trouxe: Receio do desconhecido, angústias pela gestão do voto vencido, dúvidas quanto à exequibilidade da gestão enquanto sistema, vontade de voltar a Ouro Preto 33 anos depois, poucas experiências em Educação Ambiental. Levou: Esperanças, contatos com pessoas e instituições de bem, planos, projetos e vontade de agir, paciência, o Barroco do olhar alto, as pedras das ruas ladeiras, vontade de voltar a Ouro Preto. Compromissos: Curto Prazo – Ser menos universidade, elaborar

plano de ação para a Câmara Técnica em Educação Ambiental, a consciência de que já começo a agir, reunir CTEA e socializar, expor resumo das discussões do Encontro no CBH, estreitar contato com SRHU, DRH e FUNAI, oxigenar a CT com motivação para o trabalho; Médio Prazo – Aproximar dos Produtores Rurais nos Sindicatos e Associações, levar um evento nacional para a bacia, levar a ITAIPU até a bacia que assoreia o reservatório, subir o rio em evento amplamente divulgado para a sensibilização sobre os recursos hídricos, identificar as comunidades tradicionais na bacia e inseri-las na gestão dos recursos hídricos; Visão de Futuro – Um comitê forte, cultura da bacia hidrográfica, gestão das águas incluindo latifundiários, pecuaristas, sojicultores e o setor sucroenergético, a visibilidade das águas do MS e do Ivinhema.

9. **São Paulo:** Trouxe: Experiências, expectativas, parcerias das CT-EA, projetos de âmbito regional. Levou: Contatos, novas experiências, conhecimento de valores de outras culturas (indígenas, principalmente). Compromissos: Curto Prazo – Informar/divulgar as experiências e conhecimentos obtidos no evento principalmente nas comunidades profissionais que trabalham na gestão das águas; Médio Prazo – Buscar, conhecer e inserir novas comunidades na gestão de recursos hídricos, cumprir planos de trabalho da CT/GT EA em geral; Visão de Futuro – Inserir novas comunidades no CBH (pescadores, quilombolas, indígenas, ribeirinhos), Tornar a bacia hidrográfica sustentável em todos os aspectos.

10. **Maranhão:** Trouxe: a expectativa, as experiências do estado, possibilidades de intercâmbio, compromisso em repassar os conhecimentos vivenciados, dúvidas. Levou: Conhecimentos (esclarecimento), relações institucionais, motivação, histórias de vida. Compromissos: Curto Prazo – Retomar a mobilização dos CBH no Maranhão, integrar as ações da educação ambiental com a gestão de recursos hídricos, regulamentar FERH; Médio Prazo – Instituir os comitês de bacia dos rios Murim e Mearim, promover a capacitação dos membros de comitês; Visão de Futuro: Instituir os comitês dos rios Itapecuru e do Sistema Hidrográfico da Ilha.

11. **Paraná:** Trouxe: Vontade de aprender, ouvir, entender o contexto das demais bacias/ CBH's. Levou: Experiência, interação, troca de informação com os demais CBH's. Compromissos: Curto Prazo – Comunicação, divulgar, organizar as informações e as ações envolvidas em nossa bacia, no nosso CBH; Visão de Futuro -

Desenvolvimento de projeto, fazer estudos e imersões para diagnosticar a gestão das água de um modo mais participativo.

12. **Bahia:** Trouxe: Experiência para trocar, conhecimento, saberes, fazeres e análises, a cultura do nosso estado, crítica para construir rotas propositivas para solução de problemas, motivação, esperança no sonho construtivo com várias mãos, sentimentos, ferramentas educativas. Levou: Experiências, conhecimentos, motivação, amizades, compromisso, esperança, força, sonho, história e cultura de Ouro Preto. Compromissos: Curto Prazo – Colaborar com a coletividade, compartilhar com os colegas para avaliar a situação em que nos encontramos e que ações que devem ser traçadas, socorrer semelhantes e o meio ambiente; Médio Prazo – planejamento de ações para aplicação das praticas educativas dialógicas, integrar-me ao comitê de bacia (pessoal); Visão de Futuro – Ampliação das atividades de educação ambiental, sócio hidro ambientais e colher resultados.

13. **Espírito Santo:** Trouxe: Muitas dúvidas e questionamentos e a experiência que vivemos no Espírito Santo, um estado praticamente coberto por CBH's, mas que não fazem a gestão de recursos hídricos por falta dos instrumentos de gestão. Levou: Muitos materiais, troca de experiências, quebra de paradigmas, a importância das ações de Educação Ambiental. Compromissos: Curto Prazo – Compartilhar informações do Encontro, procurar parcerias para a implantação dos instrumentos de gestão dos recursos hídricos, em curto, médio e longo prazo; Médio Prazo - atingir 100% de cobertura dos CBH's no estado, estimular e garantir a participação das comunidades indígenas nos CBH's, fortalecer a Educação Ambiental nos CBH's, Visão de Futuro – Cobrar do Poder Público a execução de programas de recuperação das matas (ex: Produtores de Água e Reflorestar), divulgação da atuação dos CBH's junto às comunidades indígenas locais, criação e fortalecimento da bacia Itabapoana.

14. **Minas Gerais:** Trouxe: Expectativas, curiosidade, vontade de aprender, um pouco do nosso saber, mente aberta, esperança, desejo de mostrar um pouco das culturas tradicionais, indignação, angústia, ansiedade, insegurança, vontade de mudar o nosso espaço e o espaço geral. Levou: Conhecimentos (como fazer), aprendizado, decepção com o papel do estado (falta de papel do estado), novos objetivos, novas metas e novos métodos, vontade e algumas ideias para reestruturação do gerenciamento das águas.

Compromissos: Curto Prazo – Formação da Câmara Técnica de Educação Ambiental, integrar os órgãos, os municípios, as pessoas com os comitês, planejamento e construção do plano diretor da gestão das águas, fortalecimento e visibilidade dos comitês, necessidade de integrar e ampliar a participação das populações tradicionais aos comitês de bacia; Médio Prazo – Criação de uma comissão de mobilização e material de divulgação de educação ambiental, captação de recursos financeiros, encontros e experiências com a participação de educadores formais e não formais; Visão de Futuro – Fortalecer parcerias para concretizar a educação ambiental, realização de um Fórum de Educação Ambiental e a criação de indicadores de educação ambiental para identificar o avanço da mesma.

O estado de Santa Catarina não apresentou as suas percepções.

2- Encerramento

Após considerações finais, o III Encontro Formativo Nacional de Educação Ambiental e Gestão de Águas e I Encontro de Educação Ambiental e Gestão de Águas da Bacia do Rio Doce foi encerrado.

RELATORES

Danielli Fittipaldi

danielli.fittipaldi@gmail.com

Engenheira Ambiental e mestranda em Sustentabilidade Socioeconômica Ambiental pela Universidade Federal de Ouro Preto.

Davi Victral

davi.victral@live.com

Engenheiro Ambiental e mestrando em Engenharia Ambiental – Tecnologias Ambientais pela Universidade Federal de Ouro Preto.

Shalimar Borges

shalimarsborges@gmail.com

Engenheira Ambiental e mestranda em Engenharia Ambiental – Tecnologias Ambientais pela Universidade Federal de Ouro Preto.

Thais Simões

thaissimoes2004@gmail.com

Engenheira Ambiental e mestranda em Geotecnia Ambiental pela Universidade Federal de Viçosa.

ANEXOS

PÚBLICO	PROBLEMAS DO COMUNITADOR OU DO PÚBLICO	PRODUTOS DE CON. ATIVIDADES	RESULTADOS ESPERADOS	RESPON- SÁVEIS
Int. dos CBHs	<ul style="list-style-type: none"> * O produto a ser entregue pelos Comités à Sociedade de * Capacidade da linguagem oral que todos os inte- grantes. * Participação de parte do grupo em cada gestão públi- ca 	<p>Marco Político</p> <ul style="list-style-type: none"> * Cartilhas e Sites com linguagem e estímulos apropriados que levem informa- ções sobre linguagem e ações desenvolvidas 	<p>Integrantes e seus parceiros</p> <ul style="list-style-type: none"> * Participantes e acompanhantes do seu papel no Comitê. 	<p>Assessoria Técnica Regional</p> <p>Assessoria Comunitária</p>
TEMPO				
6 Meses				
PARCERIAS				
A DEFINIR				

RUBRICA	PROBLEMAS DO COMUNICADOR OU DO PÚBLICO	PRODUTOS DE COMUNIC. ATIVIDADES	RESULTADOS ESPERADOS	RES-PON-SÁ-VEIS Comunicação Comitê
M	Falta de interesse.	Disponibilizar as campanhas do comitê para as mídias das cidades que abrangem os comitês.	MAIOR Divulga-ção das campanhas (clipping)	Res-PON-SÁ-VEIS Comunicação Comitê
I	Divulgação	Integração com o poder público.	MAIOR participa-ção nas ativida-des do comitê.	TEH PO
D	Diferenciada das agendas dos Comitês.	Ações que envolvam a participação da população	— " —	Gineases a lano
I	Ausência de ações Criativas	— " —	— " —	PAR
A	Campanhas Locais	— " —	— " —	GERIA
S				Inte-graçãocom o Poder Público

PÚBLICO	PROBLEMAS DO COMUNICADOR OU DO PÚBLICO	PRODUTOS COM. ATIVIDADES	RESULTADOS ESPERADOS	Proporção 1 ano Tempo 1 ano Tempo
P R O D U T O R R U R A L (rescaldores)	<p>- O produtor Rural não é reconhecido do seu valor estratégico como "produtor de água".</p> <p>- O produtor Rural desconhece o sistema de Recursos Hídricos.</p> <p>- A dispersão geográfica - falta de mobilização</p> <p>- O produtor não lê, não participa.</p>	<p>as organizações governamentais devem ter um plano de ação em comunicação</p> <p>voluntários para desenvolver trabalhos na gestão integrada de Comitês (a partir da ponta "produtor Rural") - ator estratégico</p> <p>- um plano de Comunicação para o produtor Rural deve ser focado em rádio e televisão.</p> <p>- palestras devem entrar nas agendas das entidades representativas. (associações, sindicatos, cooperativas etc..)</p>	<p>- O produtor rural consciente do seu valor estratégico</p> <p>- engajamento efetivo das organizações governamentais</p>	<p>Proporção 1 ano Tempo 1 ano Tempo</p>

Publivo	PROBLEMAS DO COMUN. DO PÚBLICO	PRODUTOS DE COMUN. ATIVIDADES	RE SULTADOS ESPERADOS	Professores Novos \$ Tempo Público
<ul style="list-style-type: none"> Alunos Professores Funcionários Famílias Gestores 	<ul style="list-style-type: none"> Falta de informações e conhecimento sobre o Tema "Comitês de Bacia" e Políticas Participativas Falta de interesse dos Órgãos Públicos e Privados (empresas) em desenvolver o tema ou a real participação cidadã. Facuna na Apoio participativa, dificuldade de mobilização dos cidadãos. Projetos com linguagens inadequadas aos diferentes públicos. Sobrecarga dos Professores. Perspectiva autoritária, centralista, superficial e fragmentada de Ed. Ambiental Falta de capacitação dos professores na área ambiental e política. (Foco nos conteúdos curriculares) Desenvolvimento das Apoio de Educação Ambiental. 	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver projetos com metodologias atrativas, dinâmicas e participativas. Escola Sustentável - construção coletiva - Educação Utilização de diferentes meios de comunicação, tecnologias de acordo com a realidade local e suas estruturas (rádio comunitário, vídeos) Projetos que valorizem as linguagens e conhecimentos locais Planejamento coletivo de cursos que atendam as necessidades locais 	<ul style="list-style-type: none"> Maior sensibilização para a necessidade de participação. Engajamento da comunidade escolar na política de recursos humanos. Mudanças de valores, hábitos e conhecimentos e postura política. Apoio individual e coletivo e garantir a qualidade e a quantidade dos recursos humanos. 	

① O que eu trouxe?

Vimos do Espírito Santo, um estado praticamente totalmente coberto por CBH's, mas que não fazemos a gestão por falta de instrumentos de gestão, portanto, temos expectativas de que possamos agilizar este processo com o apoio do Estado.

② O que eu levei:

A troca de experiências, quebra de paradigmas

③ Que compromissos eu levei.

- Buscar parcerias para implantação dos instrumentos de gestão, em curto, médio e longo prazo.
- Altingir 100% de cobertura dos CBH's no Estado.
- Estimular e garantir a participação das comunidades indígenas nos CBH's
- Fortalecimento da Educação Ambiental nos CBH's.
- Cobrar do Poder Público a execução dos programas de recuperação de matas. Ex. "Produtores de Água" e "Reflorestar".
- Divulgação ^{da atuação dos CBH's} junto as comunidades indígenas locais.
- Criação e fortalecimento da base do Itabapoama

O Que eu trouxe	O Que eu levo	Quem compromissos eu levo
<p>Voluntade de aprender, civil, intuitiva</p> <p>o contexto das coisas</p> <p>BACIA/CBH</p>	<p>Experiência de Interligação e troca de Informação</p> <p>Como os temas CBH's</p>	<p>Curriculum</p> <p>Comunicação, divulgação, organização</p> <p>na Interligação e</p> <p>RS, Jullio Aguiar</p> <p>tecnologia</p> <p>em nossa Bacia CBH</p> <p>Fazer parte da Interligação, da organização da Bacia Paraná</p>

ESTADO DO PARANÁ | BACIA DO PARANÁ 3

MS

TROUXE

- RECEIO DO DESCONHECIDO
- ANXIÉTICAS PELA GESTÃO DO VOTO VENCIDO
- DÚVIDAS QUANTO A EXEQUINIDADE DA GESTÃO ENQUANTO SISTEMA
- VONTADE DE VOLTAR A OUTRO DIA 33 ANOS DPO.
- POUCAS EXPERIÊNCIAS EM E.A.

MS

LEVO

- ESPERANÇAR
- CONTATOS DE PESSOAS E INSTITUIÇÕES DO BEM.
- PLANOS, PROJETOS E VONTADE DE AGIR
- PACIÊNCIA... VAI SER DIFÍCIL!
- O BARROCO DO OLHAR ALTO
- AS PEDRAS DAS TUAS LADEIRAS
- QUERO VOLTAR MAIS...

MS		
CURTO	MÉDIO	VISÃO FUTURO
- SER MENOS UNIVERSIDADE	- APROXIMAR DOS PROP. RURAIS NOS SINDICATOS E ASSOCIAÇÕES	- UM COMITÊ FORTE
- ELABORAR PLANO DE AÇÃO PARA A CÂMARA TÉCNICA EM E.A.	- LEVAR UM EVENTO NACIONAL PARA A BACIA.	- CULTURA DA BACIA DA ÁGUA
- JÁ COMECEI A AGIR...		- LATIFUNDÁRIOS, PECUARISTAS, SO- JICULTOR E SUCROENERGÉTICO FAZENDO GESTÃO DE ÁGUAS

CURTO	MÉDIO	VISÃO FUTURO
REUNIR CTEA SOCIALIZAR	- LEVAR JAIR KOTZ P/ TRAZER ITAIPU NA BACIA RIBE ASSO- REIA O RESERVATÓ- RIO.	- A VISIBILIDADE DAS ÁGUAS DO MS E DO IYINHEMA
EXPOR RESUMO DAS DISCUSSÕES AQUI P/ O CBH	- SUBIR O RIO EM EVENTO AMPLAMEN- TE DIVULGADO P/ SENSIBILIZAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO	- AMOR PRÓPRIO
ESTREITAR CON- TATO COM SRHU/ DRH E FUNAI (TUCURUÍ)	- IDENTIFICAR AS COMUNIDADES TRÁ- DICIONAIS NA BACIA PARA INSERIR-LAS NA GRH, digo, DAS ÁGUAS	- A FINITUDE LOCAL, REGIONAL, CON- TINENTAL, GLOBAL
OXIGENAR A C.T COM MOTIVAÇÃO PARA O TRABALHO		MS BACIA IYINHEMA

Tocantins

① O que eu trouxe

- Uma mala de dúvidas
- vontade de aprender, curiosidades e troca de experiências

② O que levo

- Uma bagagem de aprendizado de experiências de outros limites, recheados de energias para novos desafios e auto confiante de que estamos no caminho certo podendo fazer muito mais, bem como a certeza de uma nova visão sobre Educação Ambiental.

Tocantins

③ Os compromisso que
levo.

Curto prazo.

- criar a Comissão Técnica de EA.
- Resgatar os compromissos dispostos na carta do Fórum das águas do Tocantins, e replicá-los nas novas bacias.

Médio prazo

- possibilitar que um número maior de pessoas atuem como Educadores Ambientais, disseminando a prática para todos os Comitês do Estado

Tocantins

longo prazo

- buscar através de projetos sustentáveis a recuperação de nascentes e matas ciliares bem como fomentar a captação de recursos para abertura de canais e perenização dos rios.

Tocantins

CBH PARANÓIA - DF

- ① Trouxe a vontade de aprender e entender as experiências de outros CBHs quanto à EA.
- ② A certeza do papel imprescindível da EA para a gestão democrática dos R.H.
- ③ Compromissos
 - a) curto prazo
 - relato do encontro em plenária / repasse de material informativo
 - divulgação dos marcos legais "Água e EA" e discussão de ações inerentes
 - retomar as discussões para criação de 1 GT de EA no CBH Paranoá

DF

- ③ b) médio prazo
 - articular ações conjuntas c/ ANA, MMA/SAIC, CTEM/CNRH
 - ações de sensibilização / capacitação: interna (membros) e externa (comunidade em geral, órgãos governo, associações, etc)
- c) futuro
 - implementação do plano de Bacia (a ser elaborado) e programa de EA
 - criação CT-EA

Maranhão O que eu trouxe?

- A expectativa
- As experiências do estado
- Possibilidades de intercâmbio
- Compromisso em repassar os conhecimentos vivenciados
- Duvidas

Maranhão O que eu levo?

- Conhecimentos (esclarecimentos)
- Amigos
- Relações institucionais
- Motivação
- Histórias de vida

Compromissos que eu posso assumir? maranhão		
<u>agora</u>	<u>médio</u>	<u>longo</u>
<ul style="list-style-type: none"> - Retomar a mobilização dos CBH no MA 	<ul style="list-style-type: none"> - Instituir os comitês de Bacia do Rio Munim e do Mearim 	<ul style="list-style-type: none"> - Instituir os comitês dos rios Itapicuru e do Sistema Hidrográfico da Ilha
<ul style="list-style-type: none"> - Integrar as ações de FA e RH - Regulamentar FERH 	<ul style="list-style-type: none"> - Promover a capacitação dos membros dos comitês 	

PARAÍBA - J. PESSOA

① QUE EU TROUXE?

- VONTADE DE APRENDER
- COMPROMISSO
- MATERIAL PRODUZIDO PELA COORD. DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL / SUDEMA-PB
SABÃO ARTESANAL

PARAÍBA - JOÃO PESSOA

① QUE EU LEVO?

- MATERIAL DIDÁTICO
- MUITAS INFORMAÇÕES
- TROCA DE EXPERIÊNCIA COM OS GRUPOS
- CONTATOS
- AMIGOS VERDADEIROS
- EXPERIÊNCIAS

PARAÍBA - JOÃO PESSOA

COMPROMISSOS QUE EU LEVO?

CURTO => INFORMAR E REPASSAR MATERIAL DIDÁTICO;

- ▶ SENSIBILIZA TÉCNICOS

- ▶ LEVAR INFORMAÇÕES PI ÁREAS INDÍGENAS

MÉDIO => VISITA AOS COMITÊS;

- ▶ SENSIBILIZAR / MOBILIZAR COMITÊS JÁ EXISTENTES;

- ▶

LONGO => COMITÊS CUMPRINDO SEUS PAPEIS;

- ▶ COMITÊS ENSINANDO / EXTIMULANDO NOVOS GRUPOS

- ▶

1. Experiências; expectativas;
parcerias das
CT-EA; projetos de
âmbito regional;

X.

(5P.)

2. Contatos; novas
experiências; conhecimento,
valores de outras culturas
(indígenas principalmente);

(5P.)

3.

Informar/
divulgar as
experiências e
conhec. obtidos
nos eventos / e
principalmente
em relação as
comunidades
profissionais.

Buscar, conhecer
Inserir novas
comunidades;
cumprir os
planos de trabalho
da CI/GT-EA (em
geral).

Inserir novas
comunidades no
CBH (pescadores,
quilombolas, indígenas,
fubárinhas).
- Dar a hidrográ-
fica sustentável
em todos os aspectos.

(S.P.)

ESTADO DO CEARÁ

1. Expectativas e curiosidades em relação como os demais Estados Brasileiros estão trabalhando a questão da gestão dos recursos hídricos numa perspectiva da Educação Ambiental.

2. A motivação e a certeza da responsabilidade de um senso comum e das diversas possibilidades de sensibilizar o poder legislativo e executivo a trabalharem sobre uma ótica da gestão dos recursos hídricos e conscientização ambiental, envolvendo cada vez mais os nossos promotores de justiça do Estado a buscarem soluções nas bacias hidrográficas.

3. O compromisso de uma gestão participativa e compartilhada na gestão dos recursos hídricos, buscando a parceria dos diversos setores da sociedade e de uma maior sensibilização dos nossos Promotores de justiça do Estado do Ceará, ^{busca-se} por bacia hidrográfica ~~para~~ mobilizar os gestores municipais, estaduais, Federais e a sociedade em geral da responsabilidade com a educação ambiental e a gestão das águas no nosso Estado.

ESTADO DO CEARÁ

① O que eu trouxe?

Vimos do Espírito Santo, um estado praticamente totalmente coberto por CBN's, mas que não fazemos a gestão por falta de instrumentos de gestão, portanto, temos expectativas de que possamos agilizar este processo com o apoio do Estado.

② O que eu levei:

A troca de experiências, quebra de paradigmas

③ Que compromissos eu levei.

- Buscar parceiros para implantação dos instrumentos de gestão, em curto, médio e longo prazo.
- Altingir 100% de cobertura dos CBN's no Estado;
- Estimular e garantir a participação das comunidades indígenas nos CBN's
- Fortalecimento da Educação Ambiental nos CBN's.
- Cobrar do Poder Público a execução dos programas de recuperação de matas. Ex. "Produtoma de Água" e "Reflorstar".
- Divulgação ^{da atuação dos CBN's} junto às comunidades indígenas locais.
- Criação e fortalecimento da Rede do Itabapicuma